

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA



Documentos de Prestação de Contas
Consolidadas 2025

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	Pág.	1
1. Introdução	Pág.	2
2. Perímetro de consolidação	Pág.	4
3. Recursos humanos	Pág.	7
4. Análise da execução orçamental	Pág.	7
5. Análise económico-financeira	Pág.	11
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	Pág.	19
Balanço Consolidado	Pág.	20
Demonstração de Resultados Consolidada por Natureza	Pág.	21
Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidada	Pág.	22
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados	Pág.	23
Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	Pág.	24
Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico	Pág.	26
Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	Pág.	31
Nota 3 - Ativos intangíveis	Pág.	37
Nota 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente	Pág.	39
Nota 5 – Ativos fixos tangíveis	Pág.	40
Nota 6 – Locações	Pág.	43
Nota 7 – Custo de Empréstimos obtidos	Pág.	43
Nota 8 – Propriedades de investimento	Pág.	44
Nota 9 – Imparidade de ativos	Pág.	45
Nota 10 – Inventários	Pág.	46
Nota 11 – Agricultura	Pág.	47
Nota 12 – Contratos de construção	Pág.	47
Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação	Pág.	47
Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação	Pág.	48
Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	Pág.	49
Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio	Pág.	51
Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato	Pág.	51
Nota 18 – Instrumentos financeiros	Pág.	52
Nota 19 – Benefícios dos empregados	Pág.	53
Nota 20 – Divulgações de partes relacionadas	Pág.	54
Nota 21 – Relato por segmentos	Pág.	54
Nota 22 – Interesses em outras entidades	Pág.	55
DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS	Pág.	56
Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental	Pág.	57
Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza	Pág.	58
DOCUMENTOS GENÉRICOS	Pág.	59
Relação nominal de responsáveis pela execução financeira e/ou orçamental no período de relato	Pág.	60
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	Pág.	62

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. INTRODUÇÃO

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), estabelecido na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, determina no n.º 1 do seu artigo 75º a apresentação, pelos municípios, de contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas de forma direta ou indireta.

O grupo autárquico é composto pelo município e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades, considerando o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), como perímetro de consolidação, o conjunto de entidades incluídas neste subsector nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Os documentos encontram-se elaborados nos termos da Instrução n.º 1/2019, do Plenário Geral do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas das entidades sujeitas à jurisdição e aos poderes de controlo do Tribunal de Contas (TC), publicada em Diário da República n.º 46/2019, Série II de 2019-03-06 e da Resolução n.º 6/2025 da 2ª secção do Tribunal de Contas, referente a prestação de contas relativas ao ano de 2025 e gerências partidas de 2026, publicada em Diário da República n.º 31/2026, Série II de 2026-02-13.

A apresentação e preparação de Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Ponta Delgada é efetuada ao abrigo da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas que prescreve os princípios para essa apresentação e preparação e que determina enquanto requisitos contabilísticos:

- a) a utilização de políticas contabilísticas uniformes para transações semelhantes e outros eventos em circunstâncias idênticas;
- b) o início da consolidação a partir da data em que a entidade obtém controlo da outra entidade;
- c) a cessação da consolidação a partir da data em que a entidade perde o controlo dessa outra entidade.

Os requisitos que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no capítulo 5 (Requisitos Contabilísticos) da NCP 22 – Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5.1. Procedimentos de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas:

- a) Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- b) Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integrada na grupo autárquico (rendimentos ou gastos resultantes de transações intra-perímetro que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas intra-perímetro podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

5.2. Políticas contabilísticas uniformes

Se uma entidade do grupo autárquico aplicar políticas contabilísticas diferentes das adotadas nas demonstrações financeiras consolidadas para transações e acontecimentos semelhantes em circunstâncias semelhantes, devem ser feitos ajustamentos apropriados às demonstrações financeiras dessa entidade do grupo autárquico aquando da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de modo a assegurar a conformidade com as políticas contabilísticas do grupo autárquico.

5.3. Mensuração

Uma entidade inclui os rendimentos e os gastos de uma entidade controlada nas suas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que obtém controlo e até à data em que deixa de controlar a entidade. Os rendimentos e gastos da entidade controlada baseiam-se nas quantias dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição. Por exemplo, os gastos de depreciação reconhecidos na demonstração dos resultados após a data de aquisição baseiam-se no justo valor dos ativos depreciables conexos reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas na data da aquisição.

5.5. Datas de relato

As demonstrações financeiras da entidade que controla e das suas entidades controladas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referem-se a 31/12/2025.

5.6. Interesses que não controlam

A entidade que controla deve apresentar os interesses que não controlam no balanço consolidado dentro do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), separadamente do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) relativa aos proprietários da entidade que controla.

A entidade deve:

- a) imputar os lucros ou prejuízos ou cada ganho ou perda reconhecidos diretamente no património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) aos proprietários da entidade que controla e aos interesses que não controlam;
- b) imputar a quantia total reconhecida na demonstração de alterações no património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) aos proprietários da entidade que controla e aos interesses que não controlam, mesmo que isso implique que os resultados dos interesses que não controlam tenham um saldo negativo.

A preparação das presentes Demonstrações Orçamentais Consolidadas segue os procedimentos determinados no capítulo 7 (Consolidação) da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental.

Nestes termos e conforme determinado pelo artigo 76º do RFALEI, apresenta-se para apreciação do órgão deliberativo os documentos de prestação de contas consolidadas relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e que integram:

- a) o Relatório de Gestão consolidado;
- b) as Demonstrações Financeiras Consolidadas:
 - i. Balanço consolidado;
 - ii. Demonstração de resultados por natureza;
 - iii. Demonstração das alterações no património líquido;
 - iv. Demonstração dos fluxos de caixa consolidados;
 - v. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas;
- c) as Demonstrações Orçamentais Consolidadas:
 - i. Demonstração consolidada de desempenho orçamental;
 - ii. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O perímetro de consolidação divide-se em perímetro de consolidação financeira e perímetro de consolidação orçamental.

O perímetro de consolidação financeira, nos termos do artigo 75º da RFALEI, engloba as entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades e ainda as empresas locais que integrem o setor empresarial local, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

O perímetro de consolidação orçamental é composto pelo conjunto de entidades incluídas no subsector da

Administração Local nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

Em 2025, o Município de Ponta Delgada apresenta as seguintes entidades no perímetro de consolidação orçamental e financeira:

- a) Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.;
- b) Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada.

O Coliseu Micaelense apresentou, pela primeira vez, as demonstrações financeiras e orçamentais em 31 de dezembro de 2023, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC - AP), por ter sido classificada como entidade pública reclassificada pela autoridade estatística nacional, integrado o setor institucional das administrações públicas, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

O Município de Ponta Delgada é a entidade consolidante ou entidade mãe, sendo as entidades consolidadas a empresa Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A. e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada, nas percentagens a seguir indicadas:



Quadro 1 – Investimentos Financeiros em entidades societárias

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/25	
Coliseu Micaelense - Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M. S.A.	Entidade Societária – E.M., S.A.	512059420	1 746 377,00 €	15-10-2002	99,79	10 660 300,22 €	

Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, EM, S.A.

Tem como objetivo principal a promoção e gestão de equipamentos coletivos, bem como a prestação de serviços públicos na área da cultura. Isso envolve a gestão e programação do edifício de sua propriedade e de outros espaços e equipamentos que estejam sob sua responsabilidade. Dentro do escopo dos serviços públicos, as atividades incluem: assegurar a programação artística e cultural, bem como a gestão geral e exploração dos espaços e equipamentos municipais sob sua responsabilidade; organizar, produzir e supervisionar atividades e eventos artísticos e culturais alinhados com as diretrizes de dinamização cultural e apoio às artes definidas pelo Município de Ponta Delgada; participar, promover e financiar produções culturais próprias ou em colaboração com outras entidades, públicas ou privadas, dentro do escopo de seu objeto social; promover a dinamização artística e cultural do concelho de Ponta Delgada; contribuir para a formação de públicos nas áreas das artes e do espetáculo; fomentar o intercâmbio cultural e artístico a nível nacional e internacional; organizar, programar, gerir e supervisionar eventos e ações artísticas, culturais e de entretenimento.

Serviços Municipalizados (SMAS)

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada, assumem-se como um Serviço de Utilidade Pública de Interesse Local, que pretende servir e melhorar a qualidade de vida dos seus munícipes, assim como o ambiente do Concelho, através de um serviço que garante o fornecimento de água com qualidade e o tratamento das suas águas residuais.

3. RECURSOS HUMANOS

Em 2025 o número de colaboradores atingiu os 1098, com a seguinte distribuição: 820 Município de Ponta Delgada, 26 do Coliseu e 252 SMAS, registando uma diminuição global de 25 colaboradores face ao ano de 2024.

Quadro 2 – Evolução da despesa orçamental com o Pessoal

Despesa Com o Pessoal	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Remunerações certas e permanentes	18 366 012,59	19 759 158,51	20 965 225,54	1 206 067,03	6,1%
Abonos variáveis ou eventuais	1 531 289,19	1 758 265,17	1 950 509,12	192 243,95	10,9%
Segurança Social	5 412 732,23	5 120 123,71	5 597 553,03	477 429,32	9,3%
Total	25 310 034,01	26 637 547,39	28 513 287,69	1 875 740,30	7,0%

valores em euros

Em 2025, os encargos com o pessoal ascenderam aos 28,51 M€, verificando-se um aumento de 7% em relação ao ano anterior.

4. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Para avaliar a execução do Orçamento de 2025, apresenta-se a análise de acordo com a natureza, ou seja, na ótica da receita e da despesa.

4.1 RECEITA

Quadro 3 – Evolução da receita cobrada

Receita cobrada	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Receita Corrente	53 066 587,12	58 421 211,68	65 806 311,25	7 385 099,57	12,6%
Receita Capital	5 511 043,51	5 066 013,87	21 491 802,00	16 425 788,13	324,2%
Outras Receitas	15 170 914,00	10 497 500,71	9 869 506,39	-627 994,32	-6,0%
Total da Receita	73 748 544,63	73 984 726,26	97 167 619,64	23 182 893,38	31,3%

valores em euros

Em 2025, as receitas totais aumentaram 23,18 M€, face a 2024. No ano anterior verificou-se um aumento de 236,18 m€.

Quadro 4 – Evolução da receita por grandes rubricas

Receita por grandes rubricas	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Impostos Diretos	18 571 769,12	20 291 486,59	22 328 113,62	2 036 627,03	10,0%
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Taxas, multas e outras penalidades	1 332 159,15	1 822 311,01	5 508 344,12	3 686 033,11	202,3%
Rendimentos da propriedade	902 865,14	1 240 164,92	1 282 699,44	42 534,52	3,4%
Transferências e subsídios correntes	15 176 991,79	17 801 480,63	19 056 953,92	1 255 473,29	7,1%
Venda de bens e serviços correntes	16 396 899,56	16 461 496,44	17 051 308,59	589 812,15	3,6%
Outras receitas correntes	685 902,36	804 272,09	578 891,56	-225 380,53	-28,0%
Receitas Correntes	53 066 587,12	58 421 211,68	65 806 311,25	7 385 099,57	12,6%
Venda de bens de investimento	6 730,17	32 149,56	22 565,40	-9 584,16	-29,8%
Transferências e subsídios de capital	4 104 313,34	3 834 870,50	14 022 225,55	10 187 355,05	265,7%
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Passivos financeiros	1 400 000,00	1 198 993,81	7 447 011,05	6 248 017,24	521,1%
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Receitas de Capital	5 511 043,51	5 066 013,87	21 491 802,00	16 425 788,13	324,2%
Outras Receitas	15 170 914,00	10 497 500,71	9 869 506,39	-627 994,32	-6,0%
Total da Receita	73 748 544,63	73 984 726,26	97 167 619,64	23 182 893,38	31,3%

valores em euros

Comparando com o período homólogo, as receitas correntes cobradas registaram um aumento de 12,6%, com maior enfoque para as taxas, multas e outras penalidades, cujo variação de +202,3% representa em valores absolutos um aumento no montante de 3,69 M€, justificado, essencialmente pela receita de 2,30 M€ proveniente da taxa turística que entrou em vigor a 01/01/2025 e pelo aumento de 1,37 M€ verificado na rubrica dos loteamentos e obras, não obstante as isenções atribuídas no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio à Reabilitação Urbana integrada no REVIVA – Programa de Revitalização Económico e Social do Centro Histórico de Ponta Delgada, no montante de 1,19 M€.

De realçar ainda o aumento de 1,26 M€ verificado nas transferências e subsídios correntes, apesar da perda de receita na participação variável de IRS no montante de 1,32 M€, pelo facto de não aplicar a taxa máxima de 5% (para o ano 2025 foi deliberado em sessão de Assembleia Municipal de 12 de dezembro de 2024, fixar a participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, na percentagem de 3,5%).

As receitas de capital cobradas aumentaram 324,2% face a 2024, essencialmente pelo aumento das transferências e subsídios de capital no montante de 10,19 M€, face a 2024, justificado pelo aumento verificado nos fundos comunitários no montante de 8,86 M€ e pelo aumento na rubrica dos passivos financeiros cujo variação positiva de 6,25 M€, corresponde à utilização do capital do empréstimo bancário contratado a 13 de maio de 2024 e a utilização integral dos 2,53 M€ referentes ao empréstimo contratado a 19 de maio de 2025, para aquisição de prédio na Canada da Adutora - Coroa da Furna.

4.2 – DESPESA

Quadro 5 – Evolução da despesa

Despesa executada	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Despesa Corrente	45 942 033,82	49 734 531,54	54 024 253,65	4 289 722,11	8,6%
Despesa Capital	17 310 232,31	14 850 609,83	27 216 317,43	12 365 707,60	83,3%
Total Geral	63 252 266,13	64 585 141,37	81 240 571,08	16 655 429,71	25,8%

valores em euros

Em 2025, a despesa paga aumentou 16,66 M€ em relação ao ano anterior. Entre 2023 e 2024 aumentou 1,33 M€.

Quadro 6 – Evolução da despesa por rubrica

Despesa por rubrica	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Despesas com Pessoal	25 310 034,01	26 637 547,39	28 513 287,69	1 875 740,30	7,0%
Aquisição de Bens e Serviços	14 529 756,54	14 976 823,41	17 066 698,35	2 089 874,94	14,0%
Juros e Outros Encargos	793 216,74	859 929,55	602 177,99	-257 751,56	-30,0%
Transferências e Subsídios Correntes	4 755 569,60	6 510 791,06	6 849 419,35	338 628,29	5,2%
Outras Despesas Correntes	553 456,93	749 440,13	992 670,27	243 230,14	32,5%
Despesa Corrente	45 942 033,82	49 734 531,54	54 024 253,65	4 289 722,11	8,6%
Aquisição de Bens de Capital	12 216 481,09	11 192 970,53	22 441 834,06	11 248 863,53	100,5%
Transferências e Subsídios de Capital	516 005,45	540 733,84	1 405 483,73	864 749,89	159,9%
Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Passivos Financeiros	4 577 745,77	3 116 905,46	3 368 999,64	252 094,18	8,1%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Despesa Capital	17 310 232,31	14 850 609,83	27 216 317,43	12 365 707,60	83,3%
Total da Despesa	63 252 266,13	64 585 141,37	81 240 571,08	16 655 429,71	25,8%

valores em euros

Comparando com o período homólogo, as despesas correntes registaram um aumento de 4,29 M€ (+8,6%), com maior enfoque para a aquisição de bens e serviços com mais 2,09 M€ (+14,0%). Destaque também para as despesas com pessoal que contribuem com um aumento de 1,88 M€ (+7,0%).

A despesa de capital paga em 2025, aumentou 12,37 M€ (+83,3%), face a 2024. A aquisição de bens de capital, com mais 11,25 M€, foi a rubrica que mais contribuiu para o valor agregado, por força da execução dos projetos no âmbito do PRR.

Quadro 7 – Receita vs Despesa

Designação	2023	2024	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Receita total cobrada	73 748 544,63	73 984 726,26	97 167 619,64	23 182 893,38	31,3%
Despesa total paga	63 252 266,13	64 585 141,37	81 240 571,08	16 655 429,71	25,8%
Saldo para a gerência seguinte	10 496 278,50	9 399 584,89	15 927 048,56	6 527 463,67	69,4%

valores em euros

O saldo a transitar para a gerência de 2026 é de 15,93 M€.

Quadro 8 – Indicadores PER CAPITA

RÁCIOS – INDICADORES PER CAPITA	2023	2024 (*)	2025 (**)	Variação % 2024/2025
Impostos Diretos+Indiretos+taxas / n.º de habitantes	321,62	320,31	403,20	25,9%
Transferências e Subsídios correntes recebidos / n.º habitantes	220,73	257,85	276,04	7,1%
Transferências e Subsídios de capital recebidos / n.º habitantes	59,69	55,55	203,11	265,7%
Receita Total / n.º habitantes	1076,02	1071,65	1407,45	31,3%
Despesa Total / n.º habitantes	939,31	935,50	1176,75	25,8%
Despesa Investimento / n.º habitantes	7,86	162,13	325,06	100,5%
Despesa com pessoal / n.º habitantes	387,41	385,84	413,01	7,0%
Serviço da dívida / n.º habitantes	12,51	57,60	57,52	-0,1%
Transferências e Subsídios correntes concedidos / n.º habitantes	94,69	94,31	99,21	5,2%
Transferências e Subsídios de capital concedidos / n.º habitantes	0,00	7,83	20,36	159,9%

valores em euros

Nota: n.º de habitantes extraído do INE, Estimativas Provisórias de População Residente revistas em junho de 2024

População residente 2023: 68758

População residente 2024: 69038

(*) Corrigido o ano de 2024 com a informação mais recente da população residente

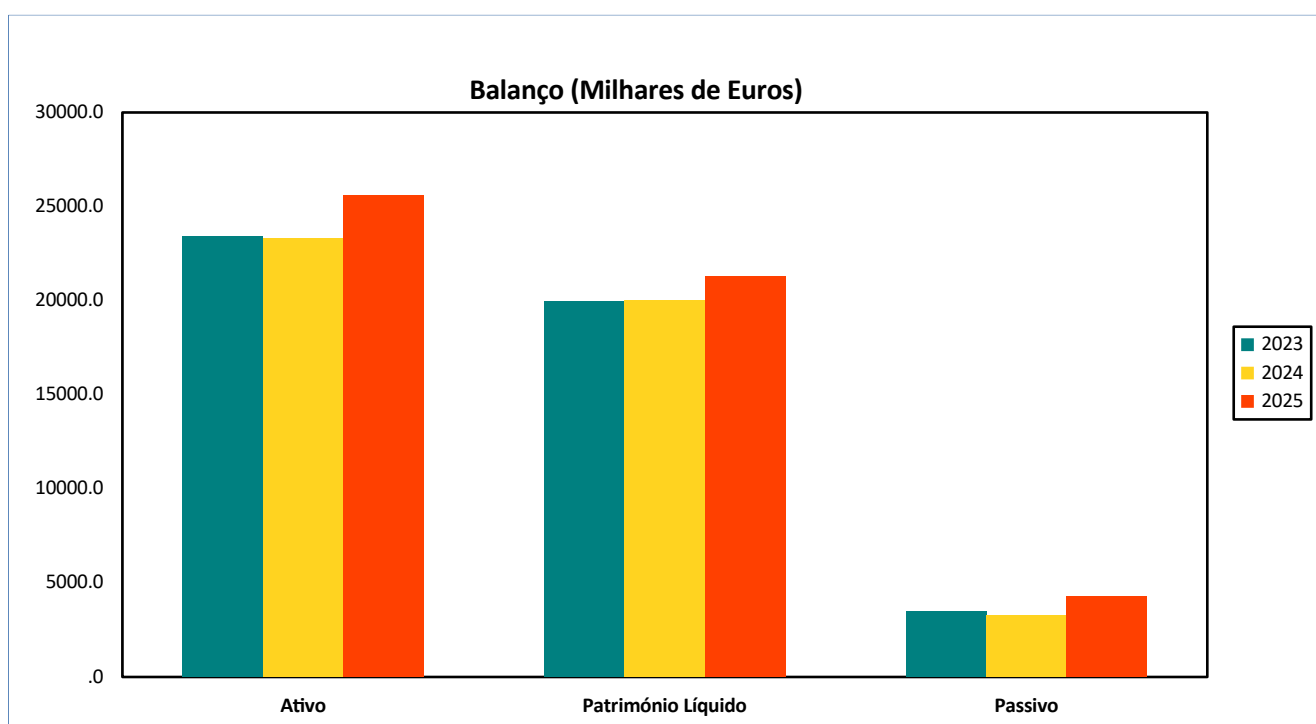
(**) Em 2025 foi considerada a população residente de 2024

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA DO GRUPO AUTÁRQUICO

Na análise económica e financeira do grupo autárquico, no exercício de 2025, serão abordados os seguintes mapas: balanço consolidado e demonstração dos resultados por naturezas consolidada.

5.1 – BALANÇO

Gráfico 1 – Evolução do balanço



Em 2025, o ativo atingiu os 255,90 M€, o património líquido os 212,93 M€ e o passivo os 42,97 M€.

Nos quadros seguintes iremos analisar com maior pormenor a evolução de cada uma das rubricas.

Quadro 9 – Evolução do ativo

Ativo	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Ativos fixos tangíveis	202 784 087,68	202 487 778,32	218 763 368,74	16 275 590,42	8,0%
Propriedades de investimento	108 737,94	108 737,94	108 737,94	0,00	0,0%
Ativos intangíveis	228 529,76	328 316,14	348 677,02	20 360,88	6,2%
Participações financeiras	1 206 406,51	1 206 406,51	1 206 406,51	0,00	0,0%
Outros ativos financeiros	4 495,96	4 407,94	4 407,94	0,00	0,0%
Clientes, contribuintes e utentes	93 825,26	71 661,05	445 459,65	373 798,60	521,6%
Diferimentos		1 937,57	856,20	-1 081,37	100,0%
Outras contas a receber	160,00	102,00	102,00	0,00	0,0%
Ativo não corrente	204 426 243,11	204 209 347,47	220 878 016,00	16 668 668,53	8,2%
Inventários	1 145 485,57	1 048 234,23	1 283 558,14	235 323,91	22,4%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	107 683,48	1 472 819,68	814 409,97	-658 409,71	-44,7%
Clientes, contribuintes e utentes	1 998 261,56	1 467 417,37	1 584 414,48	116 997,11	8,0%
Estado e outros entes públicos	22 908,90	25 400,92	42 594,86	17 193,94	67,7%
Outras contas a receber	13 266 899,85	13 663 813,06	13 884 051,47	220 238,41	1,6%
Diferimentos	83 977,70	91 738,66	54 101,80	-37 636,86	-41,0%
Caixa e depósitos	11 846 471,09	10 687 152,85	17 359 870,99	6 672 718,14	62,4%
Ativo corrente	28 471 688,15	28 456 576,77	35 023 001,71	6 566 424,94	23,1%
Ativo total	232 897 931,26	232 665 924,24	255 901 017,71	23 235 093,47	10,0%

valores em euros

O ativo, em 2025, atingiu os 255,90 M€, o que representa um aumento de 23,23 M€ face ao ano anterior (+10,0%).

O ativo não corrente aumentou 16,67 M€ comparativamente a 2024 (+8,2%). A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a dos ativos fixos tangíveis com um aumento de 16,28 M€.

O ativo corrente aumentou 6,57 M€ comparativamente a 2024 (+23,1%). A rubrica que mais contribuiu para este aumento foi a caixa e depósitos com mais 6,68 M€. Em sentido contrário a rubrica devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis diminuiu 658,41 m€.

Quadro 10 – Evolução do património líquido

Património Líquido	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Património/Capital	97 363 102,64	97 363 102,64	97 363 102,64	0,00	0,0%
Reservas	13 435 906,02	13 488 030,16	13 532 912,41	44 882,25	0,3%
Resultados transitados	34 609 755,20	30 208 643,09	29 064 111,61	-1 144 531,48	-3,8%
Ajustamentos em ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Excedentes de revalorização	7 476 485,68	7 417 542,91	7 358 110,63	-59 432,28	-0,8%
Outras variações no património líquido	50 767 995,63	54 596 471,08	64 316 032,67	9 719 561,59	17,8%
Resultado líquido do período	-3 318 164,78	-1 159 076,19	1 271 517,70	2 430 593,89	-209,7%
Interesses que não controlam	22 544,65	22 401,58	22 433,74	32,16	0,1%
Total Património Líquido	200 357 625,03	201 937 115,27	212 928 221,40	10 991 106,13	5,4%

valores em euros

O património líquido, em 2025, atingiu os 212,93 M€, o que representa um aumento de 10,99 M€ (+5,4%), face a 2024. Este aumento é justificado em grande medida pelo resultado nas outras variações no património líquido com mais 9,72 M€ e no aumento de 2,43 M€, verificado no resultado líquido do período.

Quadro 11 – Evolução do passivo

Passivo	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Provisões	468 840,89	350 528,22	358 543,93	8 015,71	2,3%
Financiamentos obtidos	17 780 301,84	15 589 738,96	19 303 739,94	3 714 000,98	23,8%
Diferimentos	1 740 312,09	1 324 154,61	9 591 133,58	8 266 978,97	624,3%
Passivos por impostos diferidos	834 288,40	823 310,92	812 822,92	-10 488,00	-1,3%
Outras contas a pagar	90 413,50	77 619,65	97 639,42	20 019,77	25,8%
Passivo não corrente	20 914 156,72	18 165 352,36	30 163 879,79	11 998 527,43	66,1%
Credores por transferências e subsídios concedidos	6 500,00	0,00	0,00	0,00	100,0%
Fornecedores	542 474,12	884 377,77	700 746,80	-183 630,97	-20,8%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	1 445 722,04	1 333 345,90	1 333 345,90	0,00	0,0%
Estado e outros entes públicos	520 836,39	582 983,56	174 071,11	-408 912,45	-70,1%
Financiamentos obtidos	3 186 015,94	3 277 697,02	3 426 234,38	148 537,36	4,5%
Fornecedores de investimentos	93 170,00	171 371,27	61 281,86	-110 089,41	-64,2%
Outras contas a pagar	5 442 329,17	5 895 195,62	6 687 801,96	792 606,34	13,4%
Diferimentos	389 101,85	418 485,47	425 434,51	6 949,04	1,7%
Passivo corrente	11 626 149,51	12 563 456,61	12 808 916,52	245 459,91	2,0%
Passivo total	32 540 306,23	30 728 808,97	42 972 796,31	12 243 987,34	39,8%

valores em euros

O passivo, em 2025, atingiu os 42,97 M€ o que representa um aumento 12,24 M€, ou seja, mais 39,8%, face a 2024.

O passivo não corrente aumentou 12,00 M€ (66,1%), face a 2024. A rubrica que mais contribuiu para este resultado foi a dos diferimentos com mais 8,27 M€, justificado, em grande medida pelo aumento de 8,44 M€ na conta 28.2.2 – transferências e subsídios de capital com condições.

O passivo corrente aumentou 245,46 m€ (+2,0%). A rubrica que mais contribuiu para este resultado foi a outras contas a pagar com mais 792,61 m€ (+13,4%), em relação a 2024, justificado pela especialização do exercício referentes a gastos de 2025 cujo as faturas foram rececionadas em 2026 (como por exemplo: Luz, Água e aquisições diversas).

5.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados evidencia a formação dos resultados num determinado período. No quadro seguinte iremos analisar a evolução nos rendimentos.

Quadro 12 – Evolução dos rendimentos

Rendimentos	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Impostos, contribuições e taxas	21 487 880,57	23 841 145,89	28 604 481,60	4 763 335,71	20,0%
Vendas	15 024,11	19 081,95	14 410,27	-4 671,68	-24,5%
Prestações de serviços e concessões	15 831 086,92	16 312 458,15	16 757 965,10	445 506,95	2,7%
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 493 813,79	18 278 835,13	18 406 370,23	127 535,10	0,7%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Trabalhos para a própria entidade	741 476,22	776 162,05	610 187,28	-165 974,77	-21,4%
Imparidade de inventários (reversões)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%
Imparidade de dívidas a receber (reversões)	177 879,73	4 611,02	332 146,55	327 535,53	7103,3%
Provisões (reduções)		143 164,19	16 835,81	-126 328,38	100,0%
Outros Rendimentos	4 599 997,74	4 741 575,35	5 725 724,75	984 149,40	20,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	36 092,22	85 692,39	153 622,63	67 930,24	79,3%
Total	57 383 251,30	64 202 726,12	70 621 744,22	6 419 018,10	10,0%

valores em euros

Em 2025, os rendimentos ascenderam aos 70,62 M€, o que representa um aumento de 6,42 M€ (+10,0%), relativamente a 2024. A rubrica que mais contribui para este aumento foi a dos impostos, contribuições e taxas com mais 4,76 M€, justificado, em grande medida, pelo aumento no imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (+941,91 m€), loteamentos e obras (+1,36 M€) e pela taxa turística que entrou em vigor a 01/01/2025, cujo rendimento atingiu o montante de 2,39 M€.

Quadro 13 – Indicadores de rendimentos

Indicadores de Rendimentos	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025
Impostos, contribuições e taxas / Rendimentos Totais	37,45%	37,13%	40,50%
Vendas / Rendimentos Totais	0,03%	0,03%	0,02%
Prestações de serviços e concessões / Rendimentos Totais	27,59%	25,41%	23,73%
Transferências e subsídios correntes obtidos / Rendimentos Totais	25,26%	28,47%	26,06%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos / Rendimentos Totais	0,00%	0,00%	0,00%
Trabalhos para a própria entidade / Rendimentos Totais	1,29%	1,21%	0,86%
Imparidade de dívidas a receber (reversões) / Rendimentos Totais	0,31%	0,01%	0,47%
Provisões (reduções)	0,00%	0,22%	0,02%
Outros Rendimentos / Rendimentos Totais	8,02%	7,39%	8,11%
Juros e rendimentos similares obtidos / Rendimentos Totais	0,06%	0,13%	0,22%

Os impostos, contribuições e taxas (40,50%) e as transferências e subsídios correntes obtidos (26,06%) são as rubricas que maior peso têm nos Rendimentos.

Quadro 14 – Evolução dos gastos

Gastos	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	1 672 101,97	1 704 734,19	1 608 165,11	-96 569,08	-5,7%
Fornecimentos e serviços externos	13 210 319,71	14 015 363,97	15 739 428,58	1 724 064,61	12,3%
Gastos com pessoal	26 137 710,45	27 094 432,92	28 236 867,32	1 142 434,40	4,2%
Transferências e subsídios correntes concedidos	4 816 102,51	6 595 089,62	7 825 023,98	1 229 934,36	18,6%
Imparidade de inventários (perdas)		1 981,10	0,00	-1 981,10	100,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas)	0,00	861 167,35	36 075,72	-825 091,63	100,0%
Provisões (aumentos)	121 983,99	24 851,52	24 851,52	0,00	100,0%
Outros gastos	1 114 134,56	1 536 408,25	2 234 214,78	697 806,53	45,4%
Gastos de depreciação e amortização	12 781 360,02	12 712 364,82	13 132 934,47	420 569,65	3,3%
Juros e gastos similares suportados	854 767,64	826 368,33	523 126,20	-303 242,13	-36,7%
Total	60 708 480,85	65 372 762,07	69 360 687,68	3 987 925,61	6,1%

valores em euros

Os gastos, em 2025, atingiram o montante de 69,36 M€, ou seja, mais 3,99 M€ (+6,1%), face ao ano anterior. Os fornecimentos e serviços externos com mais 1,72 M€. Destaque também para as transferências e subsídios correntes concedidos com mais 1,23 M€, justificado, essencialmente, pelo aumento nas transferências para as instituições sem fins lucrativos (+1,16 M€).

Quadro 15 – Indicadores de gastos

Indicadores de Gastos	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025
CMVMC / Gastos Totais	2,75%	2,61%	2,32%
FSE / Gastos Totais	21,76%	21,44%	22,69%
Gastos com Pessoal / Gastos Totais	43,05%	41,45%	40,71%
Transferências e subsídios correntes concedidos / Gastos Totais	7,93%	10,09%	11,28%
Imparidade de dívidas a receber / Gastos Totais	0,00%	1,32%	0,05%
Provisões / Gastos Totais	0,20%	0,04%	0,04%
Outros gastos / Gastos Totais	1,84%	2,35%	3,22%
Gastos de depreciação e amortização / Gastos Totais	21,05%	19,45%	18,93%
Juros e gastos similares suportados / Gastos Totais	1,41%	1,26%	0,75%

Os gastos com pessoal (40,71%) e os fornecimentos e serviços externos (FSE) (22,69%) são as rubricas que maior peso têm nos gastos.

Quadro 16 – Resultados

Resultados	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025	Variação 2024/2025	
				Absoluto	%
Resultado operacional	-2 506 554,13	-429 360,01	1 630 560,11	2 059 920,12	479,8%
Resultados Financeiros	-818 675,42	-740 675,94	-369 503,57	371 172,37	50,1%
Resultado antes de impostos	-3 325 229,55	-1 170 035,95	1 261 056,54	2 431 092,49	207,8%
Imposto sobre o rendimento	7 235,28	10 977,48	10 488,00	-489,48	4,5%
Resultado Líquido do Período	-3 317 994,27	-1 159 058,47	1 271 544,54	2 430 603,01	209,7%
Resultado Líquido do Período atribuível a:					
Detentores do capital da entidade-mãe	-3 318 164,78	-1 159 076,19	1 271 517,70	2 430 593,89	209,7%
Interesses que não controlam	170,51	17,72	26,84	9,12	51,5%
	-3 317 994,27	-1 159 058,47	1 271 544,54	2 430 603,01	209,7%

valores em euros

Em 2025, o resultado operacional é positivo (+1,63 M€) e os financeiros negativo em (-369,50 m€). O resultado líquido do período positivo (+1,27 M€), registando, assim, uma melhoria de 2,43 M€, face a 2024.

5.3 INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Quadro 17 – Rácios de rentabilidade

Indicadores	Rácios de Rentabilidade	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025
Rentabilidade do Património Líquido	(Resultado Líquido / Património Líquido) x 100	-1,66	-0,57	0,60
Rentabilidade Operacional do Ativo	(Resultados Operacionais / Ativo) x 100	-1,08	-0,18	0,64

O rácio de Rentabilidade Operacional do Ativo é um rácio de avaliação do desempenho dos capitais totais investidos no grupo autárquico, independentemente da sua origem (próprios ou alheios). Em 2025, o grupo autárquico apresenta uma melhoria nos rácios, conforme se pode verificar no quadro acima.

Quadro 18 – Rácios financeiros

Indicadores	Rácios Financeiros	2023 (Reexpresso)	2024 (Reexpresso)	2025
Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	0,86	0,87	0,83
Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	6,16	6,57	4,95
Liquidez Geral	Ativo Corrente / Passivo Corrente	2,45	2,27	2,73
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente – Inventário) / Passivo Corrente	2,35	2,18	2,63
Liquidez Imediata	Disponibilidades / Passivo Corrente	1,02	0,85	1,36
Endividamento	Passivo / Ativo	0,14	0,13	0,17

O rácio de autonomia financeira indica se existe ou não uma grande dependência em relação aos credores. O valor máximo deste rácio é de 1 quando o ativo líquido é financiado a 100% por fundos próprios. O valor da autonomia financeira apresentado em 2025 é de 0,83 o que demonstra uma grande capacidade para honrar os compromissos.

O rácio de solvabilidade indica a proporção relativa dos ativos do grupo autárquico financiados por capitais próprios *versus* financiados por capitais alheios e quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira do grupo autárquico. Em 2025, o indicador é muito superior a 1, o que significa que o Grupo está estável financeiramente.

O rácio de liquidez geral evidencia em que medida as obrigações de curto prazo estão cobertas pelos ativos que podem ser convertidos em “liquidez” no prazo de um ano. Este rácio deve ter um valor superior a 1 (ou 100%). Em 2025, o indicador é superior a 1, ou seja, o Grupo tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo, encontrando-se em equilíbrio financeiro.

O rácio da liquidez reduzida exclui do numerador os ativos correntes com menor grau de liquidez (Inventários) e traduz a capacidade da entidade para solver os seus compromissos de curto prazo através da transformação dos ativos correntes em meios monetários. Quando este rácio é superior a 1 significa que mais de 100% das responsabilidades de curto prazo podem ser satisfeitas com os meios financeiros líquidos que a entidade

dispõem (caixa, depósitos e cobranças de curto prazo). Em 2025, o indicador é superior a 1, ou seja, o Grupo tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

O rácio da liquidez imediata é utilizada para conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes pela liquidez imediata, ou seja, a capacidade da entidade cumprir com as suas obrigações no curto prazo, apenas com os seus meios financeiros. Em 2025, o indicador é de 1,36, o que significa que o Grupo pode liquidar a totalidade das suas dívidas de curto prazo com recurso às disponibilidades.

O rácio de endividamento determina a proporção ou percentagem de capital alheio utilizado no financiamento das atividades do Grupo. O rácio de endividamento é um indicador utilizado pelos financiadores ao procurar avaliar o risco de não cumprimento do serviço de dívida por parte do Grupo. Em 2025, o indicador é de 0,17, ou seja, o Grupo financia-se com 83% de capitais próprios e 17% de capitais alheios.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2026

O Presidente da Câmara

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

BLC - BALANÇO CONSOLIDADO

PERÍODO	ANO
2025/01/01 – 2025/12/31	2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024 (reexpresso)
ATIVO			
Ativo não corrente		220 878 016,00 €	204 209 347,47 €
Ativos fixos tangíveis	2,4,5	218 763 368,74 €	202 487 778,32 €
Propriedades de investimento	2,8	108 737,94 €	108 737,94 €
Ativos intangíveis	2,3	348 677,02 €	328 316,14 €
Participações financeiras	2,18	1 206 406,51 €	1 206 406,51 €
Outros ativos financeiros	2,18,20	4 407,94 €	4 407,94 €
Clientes, contribuintes e utentes	2,9,18	445 459,65 €	71 661,05 €
Diferimentos	2,18	856,20 €	1 937,57 €
Outras contas a receber	2,18	102,00 €	102,00 €
Ativo corrente		35 023 001,71 €	28 456 576,77 €
Inventários	2,10	1 283 558,14 €	1 048 234,23 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	814 409,97 €	1 472 819,68 €
Clientes, contribuintes e utentes	2,9,18	1 584 414,48 €	1 467 417,37 €
Estado e outros entes públicos	18	42 594,86 €	25 400,92 €
Outras contas a receber	2,9,18	13 884 051,47 €	13 663 813,06 €
Diferimentos	2,18	54 101,80 €	91 738,66 €
Caixa e depósitos	1,2,18	17 359 870,99 €	10 687 152,85 €
Total Ativo		255 901 017,71 €	232 665 924,24 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		212 905 787,66 €	201 914 713,69 €
Património/Capital		97 363 102,64 €	97 363 102,64 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Reservas		13 532 912,41 €	13 488 030,16 €
Resultados transitados	2	29 064 111,61 €	30 208 643,09 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		7 358 110,63 €	7 417 542,91 €
Outras variações no património líquido	2,4,5	64 316 032,67 €	54 596 471,08 €
Resultado líquido do período	2	1 271 517,70 €	-1 159 076,19 €
Interesses que não controlam	2	22 433,74 €	22 401,58 €
Total Património Líquido		212 928 221,40 €	201 937 115,27 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		30 163 879,79 €	18 165 352,36 €
Provisões	2,15	358 543,93 €	350 528,22 €
Financiamentos obtidos	2,4,7,18	19 303 739,94 €	15 589 738,96 €
Diferimentos	2,18	9 591 133,58 €	1 324 154,61 €
Passivos por impostos diferidos	18	812 822,92 €	823 310,92 €
Outras contas a pagar	2,18	97 639,42 €	77 619,65 €
Passivo corrente		12 808 916,52 €	12 563 456,61 €
Credores por transferências e subsídios concedidos		0,00 €	0,00 €
Fornecedores	2,18	700 746,80 €	884 377,77 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18	1 333 345,90 €	1 333 345,90 €
Estado e outros entes públicos	18	174 071,11 €	582 983,56 €
Financiamentos obtidos	2,4,7,18	3 426 234,38 €	3 277 697,02 €
Fornecedores de investimentos	2,18	61 281,86 €	171 371,27 €
Outras contas a pagar	2,18	6 687 801,96 €	5 895 195,62 €
Diferimentos	2,18	425 434,51 €	418 485,47 €
Total Passivo		42 972 796,31 €	30 728 808,97 €
Total Património Líquido e Passivo		255 901 017,71 €	232 665 924,24 €

DR - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA CONSOLIDADO

PERÍODO

2025/01/01 – 2025/12/31

ANO

2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024 (reexpresso)
Impostos, contribuições e taxas	2,14	28 604 481,60 €	23 841 145,89 €
Vendas	2,13	14 410,27 €	19 081,95 €
Prestações de serviços e concessões	2,4,13	16 757 965,10 €	16 312 458,15 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	2,14	18 406 370,23 €	18 278 835,13 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	2,20,22	0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	2,14	610 187,28 €	776 162,05 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	2, 10	-1 608 165,11 €	-1 704 734,19 €
Fornecimentos e serviços externos	2	-15 739 428,58 €	-14 015 363,97 €
Gastos com pessoal	2,19,20	-28 236 867,32 €	-27 094 432,92 €
Transferências e subsídios concedidos		-7 825 023,98 €	-6 595 089,62 €
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	10	0,00 €	-1 981,10 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2,9	332 146,55 €	-856 556,33 €
Provisões (aumentos/reduções)	2,15	-44 091,43 €	118 312,67 €
Outros rendimentos	2,13,14,18	5 725 724,75 €	4 741 575,35 €
Outros gastos	2	-2 234 214,78 €	-1 536 408,25 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		14 763 494,58 €	12 283 004,81 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	2,3,5	-13 132 934,47 €	-12 712 364,82 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 630 560,11 €	-429 360,01 €
Juros e rendimentos similares obtidos	2,13	153 622,63 €	85 692,39 €
Juros e gastos similares suportados	4,6,7	-523 126,20 €	-826 368,33 €
Resultado antes de impostos		1 261 056,54 €	-1 170 035,95 €
Imposto sobre o rendimento		10 488,00 €	10 977,48 €
Resultado líquido do período		1 271 544,54 €	-1 159 058,47 €
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe	2	1 271 517,70 €	-1 159 076,19 €
Interesses que não controlam		26,84 €	17,72 €
		1 271 544,54 €	-1 159 058,47 €

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

(MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA)

Período
01-01-2025
31-12-2025

Ano
2025

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla											Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (1) (Reexpresso)		97 363 102,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 488 030,16 €	30 208 643,09 €	0,00 €	7 417 542,91 €	54 596 471,08 €	-1 159 076,19 €	201 914 713,69 €	22 401,58 €	201 937 115,27 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 882,25 €	-1 144 531,48 €	0,00 €	-59 432,28 €	1 800 658,99 €	1 159 076,19 €	1 800 653,67 €	0,00 €	1 800 653,67 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Alterações de políticas contabilísticas	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 146 269,95 €	0,00 €	2 146 269,95 €	0,00 €	2 146 269,95 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	2	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 882,25 €	-1 144 531,48 €	0,00 €	-59 432,28 €	-345 610,96 €	1 159 076,19 €	-345 616,28 €	0,00 €	-354 047,30 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 271 517,70 €	1 271 517,70 €	26,84 €	1 271 544,54 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 882,25 €	-1 144 531,48 €	0,00 €	-59 432,28 €	1 800 658,99 €	2 430 593,89 €	3 072 171,37 €	26,84 €	3 072 198,21 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 918 902,60 €	0,00 €	7 918 902,60 €	5,32 €	7 918 907,92 €
Subscrições de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 918 902,60 €	0,00 €	7 918 902,60 €	5,32 €	7 918 907,92 €
Subscrições de prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(5)		97 363 102,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 532 912,41 €	29 064 111,61 €	0,00 €	7 358 110,63 €	64 316 032,67 €	1 271 517,70 €	212 905 787,66 €	22 433,74 €	212 928 221,40 €

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

PERÍODO
2025/01/01 – 2025/12/31

ANO
2025

Rubricas	Notas	Datas	
		2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		17 288 893,12 €	16 661 279,44 €
Recebimentos de contribuintes		22 328 113,62 €	20 291 486,59 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		18 114 693,92 €	17 800 223,78 €
Recebimentos de utentes		5 483 707,44 €	1 808 807,82 €
Pagamentos a fornecedores		-17 277 912,30 €	-15 072 962,42 €
Pagamentos ao pessoal		-28 521 585,08 €	-26 780 631,43 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-6 889 062,16 €	-6 510 791,06 €
Caixa gerada pelas operações		10 526 848,56 €	8 197 412,72 €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-3 073,28 €	0,00 €
Outros recebimentos/pagamentos		-436 313,75 €	542 060,87 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		10 087 461,53 €	8 739 473,59 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-22 292 371,55 €	-10 705 511,41 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-46 717,72 €	-268 662,42 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		491 191,64 €	26 236,07 €
Recebimentos - Propriedades de Investimento		246,65 €	246,65 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00 €	0,00 €
Subsídios ao investimento		8 960 081,67 €	4 506,53 €
Recebimentos - Transferências de capital		5 967 653,88 €	3 821 863,97 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-6 919 915,43 €	-7 121 320,61 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos – Financiamentos obtidos		7 447 011,05 €	1 198 993,81 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		23 231,89 €	
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-3 368 999,64 €	-3 116 905,46 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-596 071,26 €	-859 559,57 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		3 505 172,04 €	-2 777 471,22 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		6 672 718,14 €	-1 159 318,24 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		10 687 152,85 €	11 846 471,09 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		17 359 870,99 €	10 687 152,85 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		10 687 152,85 €	11 846 471,09 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		10 687 152,85 €	11 846 471,09 €
SGA De execução orçamental		9 399 584,89 €	10 496 278,50 €
SGA De operações de tesouraria		1 287 567,96 €	1 350 192,59 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		17 359 870,99 €	10 687 152,85 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		17 359 870,99 €	10 687 152,85 €
SGS De execução orçamental		15 958 292,56 €	9 399 584,89 €
SGS De operações de tesouraria		1 401 578,43 €	1 287 567,96 €

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O objeto principal da Câmara Municipal de Ponta Delgada é a prossecução de atividades não lucrativas no âmbito das competências atribuídas pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, constante do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e que estabelece o quadro de transferências de atribuições e competências para as autarquias locais.

Quanto aos objetivos gerais, no desempenho das suas atribuições, os serviços municipais prosseguem a realização plena, oportuna e eficiente das ações definidas pelos órgãos municipais, almejando:

- o desenvolvimento socioeconómico do concelho;
- a promoção de obtenção de índices crescentes de melhoria de prestação de serviços às populações, respondendo de forma eficaz às suas necessidades e aspirações ;
- a maximização do aproveitamento dos recursos disponíveis no quadro de uma gestão racional e moderna;
- a promoção da participação organizada e empenhada dos agentes sociais e económicos e dos cidadãos em geral, nas decisões e na atividade municipal;
- a criação de condições para a valorização e estímulo profissional dos trabalhos e dignificação da sua função.

A consolidação de contas é um processo contabilístico que permite agregar as demonstrações financeiras e orçamentais das entidades incluídas no perímetro de consolidação, tendo sido aplicadas as políticas de consolidação constantes do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e seguido o Manual de Consolidação para o ano 2025 do Município de Ponta Delgada.

O Município, como entidade consolidante utiliza os seguintes métodos de consolidação:

- a) Método de Consolidação Integral (para as contas consolidadas) que consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da empresa consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das empresas consolidadas, evidenciando os direitos de terceiros;
- b) Método da Equivalência Patrimonial (para as contas individuais) que consiste na substituição no balanço da empresa consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detidas pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras.

NOTA 1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

1.1 - Entidades incluídas na consolidação

Entidades	Sede Social	Atividade Principal	N.º de trabalhadores em 31/12/25	% do Capital Detido em 2025	Obs.
Município de Ponta Delgada	Praça do Município s/n	Atividades desempenhadas no âmbito das atribuídas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro nomeadamente na área da segurança, proteção civil e luta contra incêndios, polícia municipal, educação, habitação, ordenamento do território, resíduos sólidos, proteção do meio ambiente e conservação da natureza, serviços culturais, recreativos e religiosos, indústria e energia, transportes e comunicações e comércio e turismo	820		a)
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada	Rua Tavares Resendes n.º 165 9504-507 Ponta Delgada	Captação, tratamento e distribuição de água para consumo doméstico, industrial, comercial público e outro. Prestação de serviços de saneamento com recolha e transporte de águas residuais	252	100%	b)
Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos EM. S.A.	Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa s/n 9500-216 Ponta Delgada	Promoção e dinamização de atividades e eventos culturais, sociais e recreativos, bem como a realização de espetáculos nos vários domínios da cultura, exposições, congressos, conferências, seminários, pequenas reuniões, bailes e serões dançantes, circo, exposições e feiras, entre outros eventos de natureza cultural, social ou recreativa. Compra venda e arrendamento de imóveis, propriedade da sociedade ou que se revelem necessários ao desenvolvimento do seu objeto principal.	26	99,79%	

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras e orçamentais consolidadas, nos termos do n.º 1 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;

b) Entidade que integra o perímetro de consolidação orçamental e financeiro, com base na agregação das Demonstrações Financeiras desta entidade com Autonomia Financeira e Administrativa.

1.2 - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

Os mapas auxiliares de Consolidação do Balanço e da Demonstração dos Resultados por natureza consolidados são os que abaixo se discriminam:

Movimentos do Balanço

Código de contas	Ativo não corrente	Município de Ponta Delgada	Coliseu Micaelense	SMAS	Soma 2025	Movimentos de consolidação				Observações	Consolidado 2025
		2025	2025	2025	2025	Município de Ponta Delgada	Coliseu Micaelense	SMAS	TOTAL		
=4111+4112+4121+4122+4131+4132+4141+4511+45511-418-4191-45911-459511	Participações financeiras	178 993 607,93 €	13 231 957,78 €	39 312 750,51 €	231 538 316,22 €	0,00 €	-10 660 300,22 €	0,00 €	-10 660 300,22 €	Eliminação dos valores das contas da 41 do Município de Ponta Delgada referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação 10.645.015,57€ e anulação ajustamento MEP 2025 do Coliseu Micaelense (-12.754,17€ + 5,32€) + Eliminação transferência eq. contas (-2.535,80€)	220 878 016,00 €
=2111+212+21311+21321+21331+21341+21391+21411+21421+21491+215+21611+21621+21631-21911-21921-21931	Clientes, contribuintes e utentes	11 866 706,73 €			11 866 706,73 €	0,00 €	-10 660 300,22 €		-10 660 300,22 €	Eliminação na conta 21 dos SMAS do montante de 42.207,04€, relativo às OPF's n.º 8550 e 10008 pagas pelo município a 29/12/2025, mas recebidas em janeiro de 2026 nos SMAS, pelo que colocou-se em operação em trânsito, para efeitos de consolidação no balanço considerou-se que o valor foi recebido em 2025 pelos SMAS tendo sido efetuado os ajustamentos na conta 21 e 12 dos SMAS	1 206 406,51 €
	Caixa e depósitos	277 339,17 €	54 553,60 €	1 294 728,75 €	1 626 621,52 €			-42 207,04 €	-42 207,04 €	Aumento na conta 12 dos SMAS do montante de 42.207,04€, relativo às OPF's n.º 8550 e 10008 pagas pelo município a 29/12/2025, mas recebidas em janeiro de 2026 nos SMAS, pelo que colocou-se em operação em trânsito, para efeitos de consolidação no balanço considerou-se que o valor foi recebido em 2025 pelos SMAS tendo sido efetuado os ajustamentos na conta 21 e 12 dos SMAS	1 584 414,48 €
=11+12+13	TOTAL DO ATIVO	12 903 086,70 €	131 076,76 €	4 283 500,49 €	17 317 663,95 €			42 207,04 €	42 207,04 €		17 359 870,99 €
	PATRIMÓNIO LÍQUIDO	207 903 364,34 €	13 474 279,49 €	45 183 674,10 €	266 561 317,93 €	0,00 €	-10 660 300,22 €	0,00 €	-10 660 300,22 €		255 901 017,71 €
=51	Património/Capital						-1 750 000,00 €		-1 750 000,00 €	Eliminação dos valores das contas da 41 do Município de Ponta Delgada referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação.	97 363 102,64 €
=52	Ações (quotas) próprias	82 406 646,11 €	1 750 000,00 €	14 956 456,53 €	99 113 102,64 €		244,51 €		244,51 €	Eliminação dos valores das contas da 41 do Município de Ponta Delgada referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação.	0,00 €
=55	Reservas		-244,51 €		-244,51 €		-330 198,62 €		-330 198,62 €	Eliminação dos valores das contas da 41 do Município de Ponta Delgada referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação.	13 532 912,41 €
=56	Resultados transitados	2 956 251,31 €	330 198,62 €	10 576 661,10 €	13 863 111,03 €					Anulação transações entre entidades grupo (Transferências) + Eliminação dos valores das contas da 41 do Município de Ponta Delgada referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação+Eliminação interesses minoritários Coliseu	29 064 111,61 €
=57	Ajustamentos em ativos financeiros	19 132 970,07 €	1 231 888,21 €	10 005 258,57 €	30 370 116,85 €	6 509 700,16 €	-8 565 705,40 €	750 000,00 €	-1 306 005,24 €		0,00 €
=818	Resultado líquido do período	6 509 700,16 €			6 509 700,16 €	-6 509 700,16 €			-6 509 700,16 €	Eliminação dos valores das contas da 41 do Município de Ponta Delgada referentes às participações financeiras das empresas incluídas no perímetro de consolidação + Movimentos da Demonstração dos resultados por naturezas consolidada	1 271 517,70 €
=Só nas demonstrações financeiras consolidadas	Interesses que não controlam	303 327,47 €	12 781,01 €	1 620 446,30 €	1 936 554,78 €	97 738,61 €	-12 775,69 €	-750 000,00 €	-665 037,08 €	Interesses minoritários Coliseu	22 433,74 €
	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	168 780 643,27 €	10 682 733,96 €	44 003 107,02 €	223 466 484,25 €	97 738,61 €	-10 636 001,46 €	0,00 €	-10 538 262,85 €		212 928 221,40 €
=2821+28221+28231+28232+282391+2824011+2824021+2824031+2824041+2824051+2824061+2824071+2824081+2824091+2824991+28291	Passivo corrente	10 689 766,25 €	1 158 259,98 €	1 082 927,66 €	12 930 953,89 €		-122 037,37 €		-122 037,37 €		12 808 916,52 €
	Diferimentos						-122 037,37 €		-122 037,37 €	Eliminação de 122.037,37€ da conta 28 do Coliseu referente à CPC 2026	425 434,51 €
	TOTAL DO PASSIVO	39 122 721,07 €	2 791 545,53 €	1 180 567,08 €	43 094 833,68 €	0,00 €	-122 037,37 €	0,00 €	-122 037,37 €		42 972 796,31 €
	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	207 903 364,34 €	13 474 279,49 €	45 183 674,10 €	266 561 317,93 €	97 738,61 €	-10 758 038,83 €	0,00 €	-10 660 300,22 €		255 901 017,71 €

Movimentos da Demonstração dos Resultados por natureza

Código de contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Município de Ponta Delgada	Coliseu Micaelense	SMAS	Soma 2025	Movimentos de consolidação				Observações	Consolidado 2025
		2025	2025	2025		Município de Ponta Delgada	Coliseu Micaelense	SMAS	TOTAL		
=72	Prestações de serviços	4 218 352,49 €	806 930,75 €	12 040 318,78 €	17 065 602,02 €		-57 680,37 €	-249 956,55 €	-307 636,92 €	Anulação transações entre entidades grupo (Prestações serviços)	16 757 965,10 €
=785+7921-685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	762 748,85 €			762 748,85 €	-762 748,85 €			-762 748,85 €	Anulação ajustamento MEP 2025 do Coliseu Micaelense (-12.754,17€ +5,32€) + Eliminação do valor da distribuição de Resultados dos SMAS -750.000,00€	0,00 €
=75	Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	18 398 870,23 €	1 792 754,58 €		20 191 624,81 €		-1 785 254,58 €		-1 785 254,58 €	Anulação transações entre entidades grupo (Transferências) dos valores reconhecidos na classe 7, nomeadamente -1.100.000,00€ -295.000,00€ -368.827,49€ para Coliseu Micaelense para subsídio à exploração, contrato sectorial PDL White Ocean e CPC 2026, respetivamente. Eliminação dos -24.298,76€ reconhecidos na classe 7 (em 2024 foi para a 27229) e valor da devolução +2.871,67€	18 406 370,23 €
=62	Fornecimentos e serviços externos	-13 049 333,43 €	-1 480 322,87 €	-1 532 996,70 €	-16 062 653,00 €	292 815,80 €	14 821,12 €	15 587,50 €	323 224,42 €	Anulação transações entre entidades grupo (FSE)	-15 739 428,58 €
=60(exceto 603)	Transferências e subsídios concedidos	-9 702 888,84 €		-8 000,00 €	-9 710 888,84 €	1 885 864,86 €			1 885 864,86 €	Anulação transações entre entidades grupo (Transferências): +1.100.000,00€+295.000,00€+490.864,86€ para Coliseu Micaelense para subsídio à exploração, contrato sectorial PDL White Ocean e CPC 2026, respetivamente	-7 825 023,98 €
=78(exceto 782 e 785)	Outros rendimentos e ganhos	4 986 028,11 €	75 335,00 €	683 658,59 €	5 745 021,70 €	-19 296,95 €			-19 296,95 €	Anulação transações entre entidades grupo Protocolo de partilha de software ESN -15.587,50€, eliminação da devolução de -2.871,67€ Coliseu e outros rendimentos -837,78€ da indemnização dos SMAS	5 725 724,75 €
=68(exceto 682 e 685)+6591+6599-76291-76299	Outros gastos e perdas	-1 879 990,34 €	-35 333,75 €	-319 728,47 €	-2 235 052,56 €			837,78 €	837,78 €	Anulação transações entre entidades grupo (impostos, taxas e outros)	-2 234 214,78 €
	Resultado líquido do período	303 327,47 €	12 781,01 €	1 620 446,30 €	1 936 554,78 €	1 396 634,86 €	-1 828 113,83 €	-233 531,27 €	-665 010,24 €		1 271 544,54 €

1.3 - Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras consolidadas do Município de Ponta Delgada foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, em conformidade com o disposto no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e nos termos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Às transações ou eventos, atividades ou circunstâncias cujo tratamento contabilístico não está contemplado no SNC-AP aplicou-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- O SNC;
- As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

(a) Indicação da adoção do referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas, bem como dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, considerando a necessidade imperiosa da transmissão de uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

O Município, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ponta Delgada e o Coliseu Micaelense implementam o SNC-AP que permite dotar as instituições públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que vêm atualmente sendo adotados a nível internacional.

O SNC-AP assenta numa nova estrutura concetual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), em novos modelos de demonstrações financeiras, numa norma relativa à contabilidade orçamental, numa outra relativa à contabilidade de gestão e num plano de contas multidimensional.

(d) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso.

Os valores de caixa e depósitos bancários a 31 de dezembro de 2025 incluem 252,50 m€¹ relativos a depósitos consignados e garantias e cauções (237,58 m€ a 31 de dezembro de 2024), cujo uso está condicionado aos fins específicos a que respeitam.

¹m€: mil euros

(e) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2025 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do grupo autárquico apresentava a seguinte distribuição:

Conta	2024		2025	
Caixa		7 730,72 €		5 851,61 €
Depósitos à ordem		10 441 842,68 €		17 101 524,03 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €		0,00 €	
Depósitos bancários à ordem	10 441 842,68 €		17 059 316,99 €	
Depósitos a prazo		0,00 €		0,00 €
Depósitos consignados		10 047,38 €		10 047,38 €
Depósitos de garantias e Cauções		227 532,07 €		242 447,97 €
Total de caixa e depósitos		10 687 152,85 €		17 359 870,99 €

No valor de depósitos bancários à ordem está incluído o montante de 3,80 M€² referente a depósitos a prazo com vencimento inferior a três meses e 2,00 M€ com vencimento inferior a 12 meses.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Ponta Delgada foram preparadas em conformidade com o estabelecido na NCP 1 – estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, sendo que as mesmas apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. A moeda funcional e de apresentação é o euro.

2.1 - Bases de mensuração

Ativos Fixos tangíveis

Estão mensurados pelo seu custo de aquisição, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são registados pelo seu VPT³, no caso dos imóveis, ou pelo custo do bem ou valor de mercado no caso dos outros bens.

Os custos de aquisição incluem o custo da compra, quaisquer custos necessários para colocar o ativo na sua localização, em condições necessárias para ser utilizado e quando aplicável, a estimativa dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

Os dispêndios subsequentes incorridos com conservação e reparação, que façam aumentar a vida útil dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo, enquanto as despesas com reparações e manutenção que não são

²M€: Milhões de euros

³VPT: Valor Patrimonial Tributário

suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidas como gastos do período em que são incorridas.

O desreconhecimento de ativos fixos tangíveis que resultem de alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas de “Outros gastos” ou “Outros Rendimentos”, consoante se tenha obtido mais ou menos-valia com este tipo de acontecimentos económicos.

Os Investimentos em Curso consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começam a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso, ou seja, quando estiverem nas condições necessárias para serem capazes de operarem de forma pretendida pelo órgão de gestão.

Os ativos de concessão reconhecidos inicialmente de acordo com a NCP 4 – Acordos de concessão de serviços são depreciados de acordo com a NCP5- Ativos fixos tangíveis.

Ativos Intangíveis

Estão mensurados pelo seu custo, deduzido de qualquer amortização acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Quando se tratem de ativos obtidos através de uma transação sem contraprestação são mensurados ao justo valor.

Propriedades de Investimento

As Propriedades de Investimento encontram-se mensuradas inicialmente ao custo de aquisição e subsequentemente pelo modelo de custo, ou seja, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

Participações financeiras

As participações em entidades controladas estão mensuradas por recurso ao método da equivalência patrimonial e os investimentos em outras entidades estão mensuradas pelo seu custo.

Depreciações e amortizações

São calculadas segundo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerada a vida útil de referência que consta no classificador complementar. Acresce referir que a depreciação/amortização inicia no momento em que o bem fica disponível para uso. Os terrenos não são depreciados.

Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Cientes, contribuintes, utentes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes, contribuintes, utentes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo ou custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

Inventários

Os inventários estão mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, sendo reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

Encontram-se em inventários os bens destinados a ser utilizados na prestação de serviços da autarquia e/ou bens destinados a venda.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, sendo a diferença reconhecida em relação ao valor nominal reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a entidade possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Imparidades de Ativos

O grupo autárquico analisa em cada data de relato se as quantias escrituradas dos seus ativos representam fielmente os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço, por forma a determinar se existe algum indicador de os mesmos poderem estar com imparidade. Em caso afirmativo, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos, para que se determine a existência da necessidade do reconhecimento de alguma perda por imparidade.

Fornecedores e outras contas a pagar

As rubricas de Fornecedores e outras contas a pagar são inicialmente reconhecidas ao justo valor e são subsequentemente apresentadas ao custo ou ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando:

- (I) existir uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante dum acontecimento passado,
- (II) seja provável que a sua liquidação da obrigação venha a ser exigida e
- (III) for fiável estimar o montante da obrigação. As provisões são periodicamente revistas e ajustadas para refletirem a melhor estimativa.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo divulgados sempre que a possibilidade da sua existência seja provável e não seja remota. Os ativos contingentes são divulgados quando é provável a existência de benefícios económicos futuros. Os passivos contingentes são divulgados em nota deste Anexo, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporem benefícios económicos, e são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas respetivas demonstrações financeiras.

Benefícios dos empregados

O grupo autárquico reconhece em gastos os benefícios (que inclui todas as remunerações) a curto prazo dos empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico.

O direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, mas o respetivo pagamento só ocorre no ano seguinte. Estes benefícios são acrescidos ao ano em que se vence os respetivos direitos.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos provenientes de prestações de serviços são reconhecidos com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, quando satisfeitas as seguintes condições:

- rendimento possa ser mensurado com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o grupo autárquico;
- A fase de acabamento da transação à data de relato possa ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.
- Os rendimentos provenientes da venda de bens só são reconhecidos quando satisfeitas as seguintes condições:
 - Todos os riscos e vantagens da compra foram transferidos para o comprador;
 - A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
 - Rendimento pode ser fiavelmente mensurado;
 - Seja provável que fluirão para o grupo autárquico benefícios económicos associados à transação;
 - Os gastos suportados ou a suportar com a transação possam ser mensurados com fiabilidade.

O grupo autárquico reconhece um ativo proveniente de uma transação sem contraprestação quando obtém o controlo de recursos que satisfaçam a definição de um ativo e satisfaça os critérios de reconhecimento.

O passivo é reconhecido pelo montante e no momento de cada pedido de pagamento e só será transferido para património líquido após o cumprimento material das condições.

Os rendimentos provenientes de transferências e subsídios, são reconhecidos como rendimento após cumpridas as condições e em virtude da depreciação anual calculada para cada bem.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

2.3 - Julgamentos com impacto nas quantias reconhecidas

Os principais juízos de valor efetuados na preparação das demonstrações financeiras (excetuando os que envolvem estimativas) foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis, ativos intangíveis e propriedades de investimento;
- Registo de imparidades, provisões e divulgações de passivos e ativos contingentes;
- Especializações diversas;

- Atribuição de 25% aos terrenos nas aquisições de edifícios.

2.4 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo autárquico foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do grupo autárquico são considerados na preparação das demonstrações financeiras e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5 - Principais fontes de incertezas das estimativas

Todas as estimativas efetuadas pelo grupo autárquico na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data de relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados. Estas estimativas podem ser influenciadas por variáveis económicas e outros fatores externos, alguns dos quais o grupo autárquico poderá não controlar.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva.

Consequentemente, dado que as estimativas podem ser influenciadas por fatores externos, os resultados reais das transações poderão diferir das estimativas efetuadas.

É entendimento do grupo autárquico que todas as estimativas desenvolvidas refletem o melhor critério, dada à informação disponível.

2.6 - Erros materiais de períodos anteriores

Durante o ano de 2024, foram corrigidos os erros relativo a períodos anteriores, tendo os Serviços Municipalizados procedido ao reconhecimento de infraestruturas cedidas no âmbito de operações de loteamento e nos termos do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, para os anos anteriores a 2025 e até 2003, no montante líquido de 773,03 m€.

Tendo em conta a natureza e materialidade da regularização e dado afetar exercícios anteriores, os SMAS procederam à sua reexpressão nas demonstrações financeiras, tendo sido reformulado o comparativo do ano de 2024.

Os ajustamentos resultantes das correções destes erros, no balanço e na demonstração resultados, que foram reexpressos em conformidade, detalham-se abaixo:

Quadro 2.1 – Reexpressão retrospectiva

Rubricas	Consolidado Ano 2024 – (Aprovado)	Ajustamentos	Consolidado Ano 2024 (Rexpresso)
Balanço			
Ativo Não Corrente	203 436 317,52 €	773 029,95 €	204 209 347,47 €
Ativos Fixos tangíveis	201 714 748,37 €	773 029,95 €	202 487 778,32 €
Ativo Corrente	28 456 576,77 €	0,00 €	28 456 576,77 €
Total do Ativo	231 892 894,29 €	773 029,95 €	232 665 924,24 €
Património Líquido	201 141 683,74 €	773 029,95 €	201 914 713,69 €
Resultados Transitados	31 298 569,83 €	-1 089 926,74 €	30 208 643,09 €
Outras Variações no património líquido	52 635 463,99 €	1 961 007,09 €	54 596 471,08 €
Resultado líquido do período	-1 061 025,79 €	-98 050,40 €	-1 159 076,19 €
Interesses que não controlam	22 401,58 €		22 401,58 €
Passivo não Corrente	18 165 352,36 €	0,00 €	18 165 352,36 €
Passivo Corrente	12 563 456,61 €	0,00 €	12 563 456,61 €
Total do Passivo e Capital Próprio	231 892 894,29 €	773 029,95 €	232 665 924,24 €

Rubricas	Consolidado Ano 2024 – (Aprovado)	Ajustamentos	Consolidado Ano 2024 (Rexpresso)
Demonstração de Resultados			
Impostos, Contribuições e Taxas			0,00 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-12 614 314,42 €	-98 050,40 €	-12 712 364,82 €
Resultado líquido do período	-1 061 025,79 €	-98 050,40 €	-1 159 076,19 €

NOTA 3 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os bens reconhecidos como ativos fixos intangíveis nos termos da NCP 3 encontram-se mensurados pelo seu custo deduzidos das amortizações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas

O método da amortização aplicado aos ativos fixos intangíveis é da amortização por quotas constantes (ou linha reta) que resulta num gasto linear durante a vida útil do ativo. A amortização inicia-se quando o ativo está disponível para uso, ou seja, quando estiver na localização e condições necessárias para operar da forma pretendida.

Considera-se a vida útil de referência constante do Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (ponto 7 do Plano de contas Multidimensional que compõem o anexo III ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro).

Os movimentos ocorridos na quantia escriturada (quantia pela qual um ativo é reconhecido depois de deduzir qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumulada) dos ativos intangíveis detidos pelo grupo autárquico durante o período em análise encontram-se representados nos quadros seguintes.

Quadro 3.1 - Variações das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2025, registaram-se as seguintes amortizações e perdas por imparidade acumuladas resultando nas quantias escrituradas indicadas:

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	1 894 163,31 €	1 565 991,52 €	0,00 €	328 171,79 €	2 007 449,29 €	1 658 902,10 €	0,00 €	348 547,19 €
Propriedade industrial e intelectual	145,56 €	1,21 €	0,00 €	144,35 €	145,56 €	15,73 €	0,00 €	129,83 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	1 894 308,87 €	1 565 992,73 €	0,00 €	328 316,14 €	2 007 594,85 €	1 658 917,83 €	0,00 €	348 677,02 €

Quadro 3.2 – Ativos Intangíveis - quantia escriturada e variações do período

À data de 31 de dezembro de 2025, regista-se nos ativos fixos intangíveis a quantia escriturada final de 348,68 m€ resultante das variações que a seguir se indicam:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	Variações								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	328 171,79 €	182 477,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-162 101,84 €	0,00 €	0,00 €	348 547,19 €
Propriedade industrial e intelectual	144,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14,52 €	0,00 €	0,00 €	129,83 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	328 316,14 €	182 477,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-162 116,36 €	0,00 €	0,00 €	348 677,02 €

Quadro 3.2A – Ativos Intangíveis – Adições

RUBRICAS (1)	Adições									Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Dação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outros (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	182 477,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182 477,24 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	182 477,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182 477,24 €

Quadro 3.2B – Ativos Intangíveis – Diminuições

Em 2025 não se registaram diminuições na conta de ativos fixos intangíveis

RUBRICAS (1)	Diminuições				
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Fusão, cisão, reestruturação (4)	Outras (5)	Total (6) = (2) + (3) + (4)+(5)
ATIVOS INTANGÍVEIS					
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €

NOTA 4 – ACORDOS DE CONCESSÃO DE SERVIÇOS: CONCEDENTE

Os contratos de concessão que o grupo autárquico tinha a 31 de dezembro de 2025, enquanto concedente, encontram-se elencados no quadro seguinte:

Quadro 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

Descrição	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de Concessão do Parque de Estacionamento da Avenida	Parquaçor	Parque de Estacionamento da Avenida	30 Anos	6 985 000,00 €	2 431 244,99 €	215 473,07 €	4 338 281,94 €
Contrato de Concessão do Parque de Estacionamento de São João	Tecnovia Parques	Parque de Estacionamento de São João	50 anos	3 536 500,00 €	Não tem pagamentos		

Foi autorizada a Cessão da Posição Contratual do Contrato de Direito de Superfície de Espaços de Subsolo e do Solo do Domínio Público Municipal no troço da Avenida Infante D. Henrique em que o Município assumiu a posição da Cidade em Acção com aprovação em Sessão ordinária de Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2015.

A referida Cessão tem o prazo de 26 anos, e até final de 2019 foi registada a dívida de capital no montante de 6,89 M€ e o ativo em imobilizações em curso, pelo mesmo montante.

Em 2020 foi registado no património do Município o valor referente contrato de concessão do Parque de Estacionamento da Avenida pelo montante de 6,89 M€.

Foi celebrada uma escritura de constituição de direito de superfície e concessão, datada de 9 de maio de 2008, com a empresa Tecnovia Parques – Sociedade de Construção Gestão e Exploração de Parques de Estacionamento, Lda., do solo e subsolo do Largo de São João onde está construído o parque de estacionamento.

É de salientar que o terreno se mantém no imobilizado do Município e a obra passará para a propriedade desta edilidade ao fim de 50 anos. A Câmara começará a receber rendas a partir do 19.º ano num montante global de 5,42 M€.

Em 2020 foi registado no património do Município o valor referente contrato de concessão do Parque de Estacionamento do Largo de São João pelo montante de 3,54 M€.

No contrato de concessão do parque de estacionamento de São João, o passivo foi reconhecido pelo modelo da atribuição de um direito ao concessionário e no contrato de concessão do parque de estacionamento da Avenida foi utilizado o modelo do passivo financeiro.

NOTA 5 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens reconhecidos como ativos fixos tangíveis nos termos da NCP 5 encontram-se mensurados pelo seu custo deduzidos das depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas. É considerado o preço de compra e os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e nas condições necessárias para operar da maneira pretendida.

Aos ativos fixos tangíveis é aplicado o método de depreciação por quotas constantes (ou linha reta) que resulta num gasto linear durante a vida útil do ativo. A depreciação inicia-se quando o ativo se encontra disponível para uso.

É considerada a vida útil de referência constante do Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento (ponto 7 do Plano de contas Multidimensional que compõem o anexo III ao Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro), mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções (imóveis e direitos do CIBE).

Nos termos das Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional aprovadas pela Portaria n.º 187/2016, de 14 de julho, os bens que se integrem na conta 437 - Outros ativos fixos tangíveis, com valor individual inferior a 100,00 euros são considerados como custo quando inseríveis na conta 623 - Materiais de consumo.

Os bens detidos pelo grupo autárquico, mas cedidos a terceiros em contratos comodato ou direito de superfície, permanecem em Ativos Fixos Tangíveis uma vez que o grupo autárquico controla ou regula quais os serviços que prestam com os ativos, a quem tem de os prestar, e a que preço.

Os bens concessionados a terceiros são tratados no âmbito da NCP 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente.

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo a 31 de dezembro de 2025, registaram-se as seguintes depreciações e perdas por imparidade acumuladas resultando nas quantias escrituradas indicadas:

RUBRICAS (1)	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	8 593 906,37 €	0,00 €	0,00 €	8 593 906,37 €	8 607 641,37 €	0,00 €	0,00 €	8 607 641,37 €
Edifícios e outras construções	39 841 732,26 €	23 847 706,15 €	0,00 €	15 994 026,11 €	40 716 383,28 €	25 744 027,81 €	0,00 €	14 972 355,47 €
Infraestruturas	243 235 481,44 €	190 783 728,51 €	0,00 €	52 451 752,93 €	250 761 694,39 €	197 956 251,75 €	0,00 €	52 805 442,64 €
Património histórico, artístico e cultural	218 762,18 €	808,18 €	0,00 €	217 954,00 €	246 907,42 €	10 784,14 €	0,00 €	236 123,28 €
Outros bens de domínio público em curso	4 811 929,64 €	0,00 €	0,00 €	4 811 929,64 €	6 139 132,70 €	0,00 €	0,00 €	6 139 132,70 €
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	30 343 483,39 €	0,00 €	0,00 €	30 343 483,39 €	38 788 376,15 €	0,00 €	0,00 €	38 788 376,15 €
Edifícios e outras construções	125 075 728,12 €	45 323 216,56 €	0,00 €	79 752 511,56 €	127 599 608,84 €	48 002 418,65 €	0,00 €	79 597 190,19 €
Equipamento básico	12 839 396,00 €	10 273 656,39 €	0,00 €	2 565 739,61 €	13 337 945,97 €	10 532 997,25 €	0,00 €	2 804 948,72 €
Equipamento de transporte	10 650 282,45 €	9 289 801,10 €	0,00 €	1 360 481,35 €	10 122 276,33 €	8 863 750,02 €	0,00 €	1 258 526,31 €
Equipamento administrativo	3 538 390,41 €	2 917 672,12 €	0,00 €	620 718,29 €	3 935 577,15 €	3 065 329,06 €	0,00 €	870 248,09 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	5 252 131,23 €	3 952 715,90 €	0,00 €	1 299 415,33 €	5 504 091,91 €	4 262 828,63 €	0,00 €	1 241 263,28 €
Ativos fixos tangíveis em curso	4 475 859,74 €	0,00 €	0,00 €	4 475 859,74 €	11 442 120,54 €	0,00 €	0,00 €	11 442 120,54 €
Total	488 877 083,23 €	286 389 304,91 €	0,00 €	202 487 778,32 €	517 201 756,05 €	298 438 387,31 €	0,00 €	218 763 368,74 €

Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

À data de 31 de dezembro de 2025, registam-se nos ativos fixos tangíveis as adições e diminuições nos montantes totais respetivos de 30,77 M€ e de 632,55 m€, distribuídos da seguinte forma:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	Variações no período								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	8 593 906,37 €	13 735,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 607 641,37 €
Edifícios e outras construções	15 994 026,11 €	0,00 €	959 585,29 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 903 399,56 €	0,00 €	-77 856,37 €	14 972 355,47 €
Infraestruturas	52 451 752,93 €	616 494,35 €	6 198 898,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-6 461 702,98 €	0,00 €	0,00 €	52 805 442,64 €
Património histórico, artístico e cultural	217 954,00 €	18 169,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	236 123,28 €
Outros bens de domínio público em curso	4 811 929,64 €	8 620 887,19 €	-7 293 684,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 139 132,70 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	30 343 483,39 €	7 371 555,34 €	1 073 337,42 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	38 788 376,15 €
Edifícios e outras construções	79 752 511,56 €	125 937,24 €	2 828 622,13 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-2 770 268,50 €	0,00 €	-339 612,24 €	79 597 190,19 €
Equipamento básico	2 565 739,61 €	1 010 181,64 €	115 374,92 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-682 125,25 €	0,00 €	-204 222,20 €	2 804 948,72 €
Equipamento de transporte	1 360 481,35 €	458 779,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-560 734,60 €	0,00 €	0,00 €	1 258 526,31 €
Equipamento administrativo	620 718,29 €	513 061,37 €	211,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-262 012,53 €	0,00 €	-1 730,47 €	870 248,09 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	1 299 415,33 €	282 610,75 €	-1 054,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-330 574,69 €	0,00 €	-9 133,44 €	1 241 263,28 €
Ativos fixos tangíveis em curso	4 475 859,74 €	11 739 475,11 €	-4 773 214,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 442 120,54 €
Total	202 487 778,32 €	30 770 886,83 €	-891 923,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 970 818,11 €	0,00 €	-632 554,72 €	218 763 368,74 €

Quadro 5.2A – Ativos fixos tangíveis – Adições

Durante 2025 ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS (1)	Adições											Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Doação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outros (11)		
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 735,00 €	13 735,00 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Infraestruturas	0,00 €	766,61 €	45 751,62 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	569 976,12 €	616 494,35 €	
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	1 889,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 280,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	18 169,28 €	
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Bens de domínio público em curso	0,00 €	8 620 887,19 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 620 887,19 €	
Ativos fixos em concessão												
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	57 810,90 €	7 313 744,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 371 555,34 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	125 937,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	125 937,24 €	
Equipamento básico	74 687,68 €	828 067,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	107 426,82 €	1 010 181,64 €	
Equipamento de transporte	0,00 €	458 779,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	458 779,56 €	
Equipamento administrativo	0,00 €	513 061,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	513 061,37 €	
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros	0,00 €	277 610,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	282 610,75 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	11 739 475,11 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 739 475,11 €	
Total	74 687,68 €	22 624 285,15 €	7 359 496,06 €	0,00 €	0,00 €	21 280,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	691 137,94 €	30 770 886,83 €	

Quadro 5.2B – Ativos fixos tangíveis – diminuições

Durante 2025 ocorreram as seguintes diminuições:

RUBRICAS (1)	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-77 856,37 €	-77 856,37 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-339 612,24 €	-339 612,24 €
Equipamento básico	-19 502,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-184 719,82 €	-204 222,20 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 730,47 €	-1 730,47 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-9 133,44 €	-9 133,44 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	-19 502,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-613 052,34 €	-632 554,72 €

NOTA 6 – LOCAÇÕES

O grupo autárquico não detém quaisquer bens em regime de locação financeira ou operacional.

NOTA 7 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

Em 2025 terminaram dois empréstimos e contratou-se um novo empréstimo a 19 de maio de 2025, no montante de 2,53 M€.

Em 31 de dezembro de 2025 o detalhe da rubrica de financiamentos obtidos consolidados, decomposto em corrente e não corrente, é o seguinte:

Rubricas	2024	2025
Empréstimos Bancários	18 867 435,98 €	22 729 974,32 €
Total	18 867 435,98 €	22 729 974,32 €
Dívida não corrente	15 589 738,96 €	19 303 739,94 €
Dívida corrente	3 277 697,02 €	3 426 234,38 €

Os montantes a pagar à Parquaçor resultante das obrigações do contrato de concessão do Parque de Estacionamento da Avenida Infante D. Henrique, no montante de 4,34 M€ estão classificados na rubrica de financiamentos obtidos.

Em 31 de dezembro de 2025 o detalhe da rubrica dos juros pagos consolidados, decomposto em empréstimos bancários, outros empréstimos obtidos e locações financeiras, é o seguinte:

Rubricas	2024	2025
Juros Empréstimos Bancários	852 002,02 €	586 454,33 €
Juros Outros Empréstimos Obtidos – Parquaçor	316 013,69 €	239 109,85 €
Total	1 168 015,71 €	825 564,18 €

Em 2025, o montante total de juros atingiu os 825,56 m€, dos quais 74,11 m€ foram capitalizados.

NOTA 8 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição de uma propriedade de investimento compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

RUBRICAS	Quantia escriturada inicial	Variações (modelo de custo)							Quantia escriturada final	Gastos do exercício (1)	Rendimentos do exercício	
		Adições	Transferências internas à entidade	Depreciações do período	Perdas por Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Diferenças cambiais	Diminuições			Rendas	Outros
	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de Domínio público	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terrenos e recursos naturais	108 737,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	108 737,94 €	0,00 €	246,65 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras propriedades de investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Propriedades de investimento em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	108 737,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	108 737,94 €	0,00 €	246,65 €	0,00 €

As Propriedades de Investimento encontram-se mensuradas ao modelo do custo em harmonia com o disposto no ponto 1.3.13 da 2ª versão do Manual de Implementação do SNC-AP, que refere que o “VPT constitui um modelo de avaliação de prédios que se considera proporcionar informação que cumpre as características qualitativas da informação financeira previstas na Estrutura Concetual”. O mesmo ponto refere ainda que “relativamente aos prédios rústicos e urbanos, na transição para o SNC-AP, (...) estes podem ficar mensurados pelo seu Valor Patrimonial Tributário (VPT), em substituição do justo valor”.

Assim, apesar de não se divulgar o justo valor das Propriedades de Investimento, em sua substituição divulga-se, através da tabela seguinte, o seu VPT:

N.º DE INVENTÁRIO	DESIGNAÇÃO	VPT
3527	TERRENO REND ÁGUA DE PAU	149,52 €
3528	TERRENO REND RIBEIRA GRANDE	854,64 €
3533	TERRENO REND MARANHÃO CAPELAS	895,62 €
TOTAL		1 899,78 €

No que concerne ao justo valor destas propriedades, informa-se que as mesmas foram objeto de avaliação, aguardando esta edilidade a entrega do relatório no decurso do ano de 2026. Durante o exercício de 2025 não foram reconhecidas ou desreconhecidas Propriedades de Investimento.

NOTA 9 – IMPARIDADE DE ATIVOS

Quadro 9.1 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo (1)	Natureza (2)	Total no final de 2025			Total no final de 2024			Modelo utilizado	
		Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (3)	Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (3)	Justo valor (4)	Valor de uso (5)
21	Cientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	3 254 056,64 €	1 224 182,51 €	2 029 874,13 €	3 083 140,21 €	1 544 061,79 €	1 539 078,42 €	Quantia Escriturada	
27	Outras contas a receber	14 150 171,60 €	266 018,13 €	13 884 153,47 €	13 932 053,19 €	268 138,13 €	13 663 915,06 €	Quantia Escriturada	
33	Outros materiais diversos de consumo	1 283 558,14 €	0,00 €	1 283 558,14 €	1 050 215,33 €	1 981,10 €	1 048 234,23 €	Quantia Escriturada	
Total		18 687 786,38 €	1 490 200,64 €	17 197 585,74 €	18 065 408,73 €	1 814 181,02 €	16 251 227,71 €		

Em 2025, a imparidade acumulada do grupo autárquico atingiu um montante de 1,49 M€. Com os clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa com o montante de 1,22 M€, destes 408,08 m€ dizem respeito a clientes de água e de saneamento.

As outras contas a receber registam uma imparidade acumulada de 266,02 m€, destes 96,89 m€ dizem respeito à indemnização dos trabalhos de suprimento de erros e omissões da empreitada de ampliação e reabilitação da escola EB1/JI de São Pedro, cujo recebimento ainda não ocorreu.

Quadro 9.2 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa – movimentos do período por reforço e/ou reversão da perda por imparidade

Instrumentos Financeiros	Imparidade acumulada no início de 2025	Movimentos do período		Imparidade acumulada no final de 2025
		Reforços	Reversões	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)-(4)
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado				
Clientes, contribuintes e utentes	1 544 061,79 €	36 075,72 €	355 955,00 €	1 224 182,51 €
Outras contas a receber	268 138,13 €	0,00 €	2 120,00 €	266 018,13 €
Outros materiais diversos de consumo	1 981,10 €	0,00 €	1 981,10 €	0,00 €
Total Ativos Financeiros	1 814 181,02 €	36 075,72 €	360 056,10 €	1 490 200,64 €

NOTA 10 – INVENTÁRIOS

O custo de cada item de inventário é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários:

Rubrica (1)	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4)= (2)-(3)
Mercadorias	4 572,48 €	0,00 €	4 572,48 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1 278 985,66 €	0,00 €	1 278 985,66 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1 283 558,14 €	0,00 €	1 283 558,14 €

Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	
Mercadorias	3 303,89 €	1 798,68 €	10,68 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	519,41 €	0,00 €	4 572,48 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1 044 930,34 €	1 842 256,90 €	1 608 154,43 €	0,00 €	0,00 €	1 981,10 €	2 156,06 €	127,81 €	1 278 985,66 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	1 048 234,23 €	1 844 055,58 €	1 608 165,11 €	0,00 €	0,00 €	1 981,10 €	2 675,47 €	127,81 €	1 283 558,14 €

NOTA 11 – AGRICULTURA

Não aplicável

NOTA 12 – CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Não aplicável

NOTA 13 – RENDIMENTOS DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025, têm a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação (1)	Rendimento do período reconhecido (2)	Rendimento do período anterior reconhecido (2)
Prestação de serviços	16 757 965,10 €	16 312 458,15 €
Venda de bens	14 410,27 €	19 081,95 €
Juros	157 193,89 €	160 074,33 €
Royalties	0,00 €	0,00 €
Dividendos ou distribuições similares	0,00 €	0,00 €
Outros	2 128 466,70 €	1 515 243,67 €
Total	19 058 035,96 €	18 006 858,10 €

NOTA 14 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento (1)	Rendimento do período reconhecido em (2)		Quantias por receber (3)		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período (*)	Final do período	
Impostos diretos	13 717 752,74 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Impostos indiretos	9 318 485,02 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Taxas	5 404 734,88 €	0,00 €	73 468,79 €	159 530,40 €	0,00 €
Multas e outras penalidades	224 165,53 €	0,00 €	14 656,34 €	14 847,29 €	0,00 €
Transferências sem condição	18 788 495,67 €	0,00 €	1 472 819,68 €	814 409,97 €	0,00 €
Transferências com condição	2 823 129,35 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios sem condição	9 237,14 €	2 235,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subsídios com condição	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Legados, ofertas e doações	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	1 277 707,93 €	0,00 €	278 924,36 €	312 266,28 €	0,00 €
Total	51 563 708,26 €	2 235,84 €	1 839 869,17 €	1 301 053,94 €	0,00 €

(*) Corrigiu-se os valores por receber, pois, em 2024, estavam pela perspetiva orçamental, pelo que alterou-se para a perspetiva financeira

NOTA 15 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados do grupo autárquico responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o grupo autárquico.

Quadro 15.1 – Provisões

No quadro seguinte apresenta-se a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final 11-(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	350 528,22 €	24 851,52 €			24 851,52 €		16 835,81 €		16 835,81 €	358 543,93 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Outras provisões					0,00 €				0,00 €	0,00 €
Total	350 528,22 €	24 851,52 €	0,00 €	0,00 €	24 851,52 €	0,00 €	16 835,81 €	0,00 €	16 835,81 €	358 543,93 €

De seguida divulgam-se os processos judiciais do grupo autárquico que fundamentam a constituição de provisão por apresentarem um risco de condenação elevado:

DESIGNAÇÃO	N.º PROCESSO	VALOR (€)
Ação administrativa Comum	80/12.6BEPDL	27.794,66
Ação administrativa Especial	172/13.4BEPDL	30.000,01
Ação administrativa	163/19.1BEPDL	69.739,67

Por existir um risco de condenação baixo, para os processos judiciais que se indicam de seguida não foi constituída provisão:

DESIGNAÇÃO	N.º PROCESSO	VALOR (€)
Ação administrativa civil extracontratual	52/20.7BEPDL	7.563.881,42
Ação de responsabilidade civil extracontratual	117/20.5BEPDL	3.012.074,57
Ação administrativa	167/18.1BEPDL	30.000,01
Ação administrativa	6/17.0BEPDL	30.000,01
Ação administrativa	130/20.2BEPDL	30.000,01
Ação administrativa	27/19.9BEPDL	40.144,13
Ação administrativa	27/21.9BEPDL	93.166,56
Ação administrativa de impugnação de atos administrativos	8/21.2BEPDL-A	500.000,00
Ação administrativa	24/22.7BEPDL	30.000,01
Ação administrativa de responsabilidade civil	134/22.0BEPDL	5.918.769,00
Ação administrativa	49/235BEPDL	34.801,74
Ação administrativa	33/24.1BEPDL	1.463.671,23
Ação administrativa	74/24.9BEPDL	518.527,27
Procedimento de injunção	15799/25.3YIPRT	41.210,31
Ação administrativa	84/25.9BEPDL	s/valor
Ação administrativa	94/25.6BEPDL	s/valor
Processo de condenação por acidente de trabalho	98/25.9BEPDL	s/valor definido
Processo de providência cautelar	121/25.7BEPDL	s/valor
Responsabilidade civil solidária	148/25.9BEPDL	9.884,82
Ação de intimação para condenação de ato administrativo	163/25.2BEPDL	30.000,00
Processo ordinário	181/25.0BEPDL	s/valor
Ação administrativa	186/25.1BEPDL	30.000,01
Ação administrativa	105/24.2BEPDL	s/valor
Ação administrativa	106/24.0BEPDL	s/valor
Ação administrativa	137/24.0BEPDL	s/valor

Quadro 15.2 – Ativos Contingentes

Natureza Ativos Contingentes	2024	2025
Garantias bancárias prestadas por terceiros: Empreitadas	1 752 539,01 €	2 263 598,55 €
Garantias bancárias prestadas por terceiros: Loteamentos	8 949 512,00 €	10 135 079,82 €
Garantias bancárias prestadas por terceiros: Fornecimentos de Bens e Serviços	708 535,72 €	641 494,43 €
Total Geral	11 410 586,73 €	13 040 172,80 €

As garantias bancárias não financeiras prestadas por terceiros, por assegurarem o bom cumprimento das obrigações legais contratuais, enquadram-se na categoria de Ativos Contingentes.

Estes montantes não se encontram reconhecidos enquanto ativo do grupo autárquico na medida em que, o seu carácter contingente, não permite que tais valores cumpram com os critérios de reconhecimento de um ativo.

NOTA 16 – EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Não aplicável

NOTA 17 – ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após a data do balanço, e até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, verifica-se uma intensificação do conflito geopolítico no Médio Oriente, com reflexos relevantes nos mercados internacionais.

A continuidade deste conflito tem aumentado de forma significativa a incerteza económica global, com impactos esperados nos preços de energia, nas cadeias de abastecimento e nas perspetivas de crescimento económico.

À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, não é possível determinar os impactos diretos e indiretos que a sua evolução poderá vir a ter na atividade, na posição financeira ou no desempenho futuro do grupo autárquico. Assim, este acontecimento é classificado como acontecimento subsequente não ajustável, não tendo sido reconhecidos ajustamentos aos valores registados nas demonstrações financeiras.

NOTA 18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as categorias de ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado estão detalhadas da seguinte forma:

Instrumentos Financeiros	31-12-2024			31-12-2025		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa	7 730,72 €		7 730,72 €	5 851,61 €		5 851,61 €
Depósitos bancários	10 679 422,13 €		10 679 422,13 €	17 354 019,38 €		17 354 019,38 €
Subtotal	10 687 152,85 €	0,00 €	10 687 152,85 €	17 359 870,99 €	0,00 €	17 359 870,99 €
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados						
Participações financeiras - Justo valor	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Ativos financeiros detidos para negociação	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros ativos financeiros	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Subtotal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos financeiros ao custo ou custo amortizado						
Participações financeiras - Custo	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Investimentos noutras entidades	1 206 406,51 €		1 206 406,51 €	1 206 406,51 €		1 206 406,51 €
Outros ativos financeiros	4 407,94 €		4 407,94 €	4 407,94 €		4 407,94 €
Devedores por transferências e subsídios	1 472 819,68 €		1 472 819,68 €	814 409,97 €		814 409,97 €
Devedores por empréstimos bonificados	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Clientes, contribuintes e utentes	3 083 140,21 €	1 544 061,79 €	1 539 078,42 €	3 254 056,64 €	1 224 182,51 €	2 029 874,13 €
Estado e outros entes públicos	25 400,92 €		25 400,92 €	42 594,86 €		42 594,86 €
Outras contas a receber	13 932 053,19 €	268 138,13 €	13 663 915,06 €	14 150 171,60 €	266 018,13 €	13 884 153,47 €
Outros ativos financeiros	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Subtotal	19 724 228,45 €	1 812 199,92 €	17 912 028,53 €	19 472 047,52 €	1 490 200,64 €	17 981 846,88 €
Total Ativos Financeiros	30 411 381,30 €	1 812 199,92 €	28 599 181,38 €	36 831 918,51 €	1 490 200,64 €	35 341 717,87 €
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Outros passivos financeiros	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Subtotal	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Passivo não corrente	17 814 824,14 €		17 814 824,14 €	29 805 335,86 €		29 805 335,86 €
Financiamentos obtidos	15 589 738,96 €		15 589 738,96 €	19 303 739,94 €		19 303 739,94 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Diferimentos	1 324 154,61 €		1 324 154,61 €	9 591 133,58 €		9 591 133,58 €
Passivos por impostos diferidos	823 310,92 €		823 310,92 €	812 822,92 €		812 822,92 €
Outras contas a pagar	77 619,65 €		77 619,65 €	97 639,42 €		97 639,42 €
Passivo corrente	12 563 456,61 €		12 563 456,61 €	12 808 916,52 €		12 808 916,52 €
Credores por transferências e subsídios concedidos	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Fornecedores	884 377,77 €		884 377,77 €	700 746,80 €		700 746,80 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	1 333 345,90 €		1 333 345,90 €	1 333 345,90 €		1 333 345,90 €
Estado e outros entes públicos	582 983,56 €		582 983,56 €	174 071,11 €		174 071,11 €
Financiamentos obtidos	3 277 697,02 €		3 277 697,02 €	3 426 234,38 €		3 426 234,38 €
Fornecedores de investimentos	171 371,27 €		171 371,27 €	61 281,86 €		61 281,86 €
Outras contas a pagar	5 895 195,62 €		5 895 195,62 €	6 687 801,96 €		6 687 801,96 €
Diferimentos	418 485,47 €		418 485,47 €	425 434,51 €		425 434,51 €
Outros passivos financeiros	0,00 €		0,00 €	0,00 €		0,00 €
Subtotal	30 378 280,75 €	0,00 €	30 378 280,75 €	42 614 252,38 €	0,00 €	42 614 252,38 €
Total Passivos Financeiros	30 378 280,75 €	0,00 €	30 378 280,75 €	42 614 252,38 €	0,00 €	42 614 252,38 €

Em 31 de dezembro de 2025, o passivo total do grupo autárquico, desagregado por natureza e maturidade, está detalhado da seguinte forma:

Entidade	Conta	Rubricas	2024		2025	
			Passivo de Curto Prazo	Passivo de médio e Longo Prazo	Passivo de Curto Prazo	Passivo de médio e Longo Prazo
Município de Ponta Delgada	21.8	Adiantamentos a Clientes	1 333 345,90 €		1 333 345,90 €	
	22.1	Fornecedores CC	791 555,43 €		592 646,77 €	
	24	Estado e Outros Entes Públicos	448 300,59 €		111 651,18 €	
	25	Financiamentos Obtidos	2 875 887,84 €	14 396 958,52 €	3 061 131,44 €	18 483 277,31 €
	27	Outras Contas a apagar	4 844 990,45 €		5 414 165,96 €	0,00 €
	28	Diferimentos	176 825,00 €	1 324 154,61 €	176 825,00 €	9 591 133,58 €
	29	Provisões		350 528,22 €		358 543,93 €
Coliseu Micaelense	22.1	Fornecedores CC	37 953,32 €		97 791,56 €	
	24	Estado e Outros Entes Públicos	41 539,50 €		37 944,77 €	
	25	Financiamentos Obtidos	401 809,18 €	1 192 780,44 €	365 102,94 €	820 462,63 €
	27	Outras Contas a pagar	140 344,08 €		286 773,83 €	
	27.4.2	Passivos por impostos diferidos		823 310,92 €		812 822,92 €
	28	Diferimentos	241 660,47 €		248 609,51 €	
SMAS	22.1	Fornecedores CC	54 869,02 €		10 308,47 €	
	24	Estado e Outros Entes Públicos	93 143,47 €		24 475,16 €	
	27	Outras Contas a pagar	1 081 232,36 €	77 619,65 €	1 048 144,03 €	97 639,42 €
Total			12 563 456,61 €	18 165 352,36 €	12 808 916,52 €	30 163 879,79 €

Em 2025, o passivo total do grupo autárquico ascende aos 42,97 M€, ou seja, mais 12,24 M€ do que no ano anterior. Destaque para os Diferimentos que aumentaram 8,27 M€, justificado pelo valor recebido de subsídios, cujo as condições ainda não foram integralmente cumpridas pelo grupo autárquico, por outro lado nos Fornecedores registou-se uma diminuição de 183,63 m€.

NOTA 19 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais, tais como trabalho extraordinário e subsídio de prevenção e trabalho noturno e abonos variáveis. O grupo autárquico não possui planos de benefícios definidos.

Os gastos com o pessoal resumem-se no quadro seguinte:

Descrição	2024	2025
Remunerações	21 508 383,82 €	22 567 966,91 €
Encargos sobre remunerações	4 708 365,83 €	4 901 262,77 €
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	368 344,50 €	333 117,46 €
Outros gastos com o pessoal	141 650,51 €	65 479,27 €
Outros encargos sociais	367 688,26 €	369 040,91 €
Total	27 094 432,92 €	28 236 867,32 €

O direito a férias e a subsídio de férias relativo ao período vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos

como benefícios de curto prazo. Assim, foram contabilizados na rubrica 27.2.2.1 – Remunerações a Liquidar, a quantia de 3,45 M€ referente à previsão de férias e encargos com férias de 2025 a serem pagas em 2026.

O número de funcionários do grupo autárquico em 2025 foi de 1098 (-25) do que no ano 2024.

Concluiu-se que o aumento dos encargos totais suportados com os trabalhadores no montante de 1,14 M€, é justificado, essencialmente, pela atualização dos vencimentos dos funcionários públicos.

NOTA 20 – DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

Quadro 20.1 - Listagem de entidades controladas

O Município em 31 de dezembro de 2025, tinha controlo sobre as seguintes entidades:

Designação	Sede	% Controlo	
		Direto	Indireto
Coliseu Micaelense - Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos, E.M. S.A.	Edifício Coliseu Micaelense – Rua de Lisboa, S/N	99,79%	

Quadro 20.6 - Remuneração agregada de pessoas chave da gestão e o número de indivíduos

Em 31 de dezembro de 2025 as pessoas-chave da gestão e membros próximos da família apresentavam os seguintes saldos:

Classes Principais	N.º Pessoas Chave	Remuneração base anual	Outras remunerações e compensações anuais
Presidente de Conselho de Administração	1	1 561 359,06 €	136 764,90 €
Dirigente Intermédio de 1.º Grau – Diretor Delegado	1		
Dirigente Intermédio de 1.º Grau – Diretor de Departamento	7		
Dirigente Intermédio de 2.º Grau – Chefe de Divisão *	19		
Dirigente Intermédio de 3.º e 4.º Grau **	9		
Coordenador SMPC	1		
Gestor Prevenção da Corrupção ***	1		

NOTA 21 – RELATO POR SEGMENTOS

Não aplicável.

NOTA 22 – INTERESSES EM OUTRAS ENTIDADES

No quadro infra apresentamos a listagem de participantes no capital social do Coliseu Micaelense – Sociedade de Promoção e Dinamização de Eventos Culturais, Sociais e Recreativos EM. S.A.:

Entidades participantes		
Participante	Capital	
Município de Ponta Delgada	1 746 377,00 €	99,79%
BCA/BANIF/Coliseu	41,50 €	0,002%
Bensaúde, S.A.	604,00 €	0,03%
Mutualista	604,00 €	0,03%
Melo Abreu	55,00 €	0,003%
Outros Acionistas	2 318,50 €	0,13%
Total	1 750 000,00 €	100,00%

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

(MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA)

Rubrica	RECEBIMENTOS	2025	2024	Rubrica	PAGAMENTOS	2025	2024
	Saldo de gerência anterior	10 687 152,85 €	11 846 471,09 €				
	Operações orçamentais [1]	9 399 584,89 €	10 496 278,50 €				
	Devolução do saldo oper. orçamentais	0,00 €	0,00 €				
	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00 €	0,00 €				
	Operações de tesouraria [A]	1 287 567,96 €	1 350 192,59 €				
	Receita corrente	65 806 311,25 €	58 421 211,68 €		Despesa corrente	54 024 253,65 €	49 734 531,54 €
R1	Receita fiscal	22 328 113,62 €	20 291 486,59 €	D1	Despesas com o pessoal	28 513 287,69 €	26 637 547,39 €
R1.1	Impostos diretos	22 328 113,62 €	20 291 486,59 €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	20 965 225,54 €	19 759 158,51 €
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	0,00 €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	1 950 509,12 €	1 758 265,17 €
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	0,00 €	D1.3	Segurança social	5 597 553,03 €	5 120 123,71 €
R3	Taxas, multas e outras penalidades	5 508 344,12 €	1 822 311,01 €	D2	Aquisição de bens e serviços	17 066 698,35 €	14 976 823,41 €
R4	Rendimentos de propriedade	1 282 699,44 €	1 240 164,92 €	D3	Juros e outros encargos	602 177,99 €	859 929,55 €
R5	Transferências e subsídios correntes	19 056 953,92 €	17 801 480,63 €	D4	Transferências e subsídios correntes	6 849 419,35 €	6 510 791,06 €
R5.1	Transferências correntes	19 056 953,92 €	17 801 480,63 €	D4.1	Transferências correntes	2 988 926,76 €	3 016 083,81 €
R5.1.1	Administrações Públicas	19 056 953,92 €	17 801 480,63 €	D4.1.1	Administrações Públicas	2 988 926,76 €	3 016 083,81 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	18 013 000,55 €	16 762 609,11 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	84 970,59 €	148 580,49 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3	Segurança Social	74 539,34 €	38 814,25 €
R5.1.1.4	Administração Regional	958 982,78 €	890 291,03 €	D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5	Administração Local	2 914 387,42 €	2 977 269,56 €
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €	D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2 485 812,74 €	2 192 827,42 €
R5.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D4.1.3	Famílias	1 319 751,55 €	1 269 112,52 €
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	0,00 €	D4.1.4	Outras	54 928,30 €	32 767,31 €
R6	Venda de bens e serviços	17 051 308,59 €	16 461 496,44 €	D4.2	Subsídios Correntes	0,00 €	0,00 €
R7	Outras receitas correntes	578 891,56 €	804 272,09 €	D5	Outras despesas correntes	992 670,27 €	749 440,13 €
	Receita de capital	14 044 790,95 €	3 867 020,06 €		Despesa de capital	23 847 317,79 €	11 733 704,37 €
R8	Venda de bens de investimento	22 565,40 €	32 149,56 €	D6	Aquisição de bens de capital	22 441 834,06 €	11 192 970,53 €
R9	Transferências e subsídios de capital	14 022 225,55 €	3 834 870,50 €	D7	Transferências e subsídios de capital	1 405 483,73 €	540 733,84 €
R9.1	Transferências de capital	13 992 225,55 €	3 826 370,50 €	D7.1	Transferências de capital	1 405 483,73 €	540 733,84 €
R9.1.1	Administrações Públicas	13 992 225,55 €	3 826 370,50 €	D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	13 812 937,67 €	3 594 304,54 €	D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	179 287,88 €	116 435,66 €	D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	115 630,30 €	D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	30 000,00 €	8 500,00 €	D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	911 258,00 €	43 750,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €	D7.1.3	Famílias	39 642,81 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €	D7.1.4	Outras	454 582,92 €	496 983,84 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €	D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	469 921,50 €	1 222,21 €	D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
	Receita efetiva [2]	80 321 023,70 €	62 289 453,95 €		Despesa efetiva [5]	77 871 571,44 €	61 468 235,91 €
	Receita não efetiva [3]	7 447 011,05 €	1 198 993,81 €		Despesa não efetiva [6]	3 368 999,64 €	3 116 905,46 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	7 447 011,05 €	1 198 993,81 €	D10	Despesa com passivos financeiros	3 368 999,64 €	3 116 905,46 €
	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	97 167 619,64 €	73 984 726,26 €		Soma [7]=[5]+[6]	81 240 571,08 €	64 585 141,37 €
	Operações de tesouraria [B]	3 618 691,53 €	3 552 827,99 €		Operações de tesouraria [C]	3 473 437,06 €	3 615 452,62 €
					Saldo para a gerência seguinte	17 359 870,99 €	10 687 152,85 €
					Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	15 927 048,56 €	9 399 584,89 €
					Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	1 432 822,43 €	1 287 567,96 €
					Saldo global [2] - [5]	2 449 452,26 €	821 218,04 €
					Despesa primária	77 269 393,45 €	60 608 306,36 €
					Saldo corrente	11 782 057,60 €	8 686 680,14 €
					Saldo de capital	-9 802 526,84 €	-7 866 684,31 €
					Saldo primário	3 051 630,25 €	1 681 147,59 €
					Receita total [1] + [2] + [3]	97 167 619,64 €	73 984 726,26 €
					Despesa total [5] + [6]	81 240 571,08 €	64 585 141,37 €

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZA

(MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA)

LIQUIDAÇÕES			OBRIGAÇÕES		
Rubrica		2025	2024		
Receita corrente		3 714 445,32 €	4 106 082,02 €	Despesa corrente	1 078 018,04 € 1 290 231,24 €
R1 Receita fiscal		0,00 €	0,00 €	D1 Despesas com o pessoal	178 993,03 € 584 706,59 €
R1.1 Impostos diretos		0,00 €	0,00 €	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes	145 827,64 € 246 714,86 €
R1.2 Impostos indiretos		0,00 €	0,00 €	D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	13 168,25 € 19 934,47 €
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		0,00 €	0,00 €	D1.3 Segurança social	19 997,14 € 318 057,26 €
R3 Taxas, multas e outras penalidades		367 088,63 €	240 799,34 €	D2 Aquisição de bens e serviços	692 430,53 € 681 468,77 €
R4 Rendimentos de propriedade		80,00 €	80,00 €	D3 Juros e outros encargos	131,92 € 12,45 €
R5 Transferências e subsídios correntes		508 796,51 €	1 151 767,54 €	D4 Transferências e subsídios correntes	2 202,43 € 5 199,90 €
R5.1 Transferências correntes		508 796,51 €	1 151 767,54 €	D4.1 Transferências correntes	2 202,43 € 5 199,90 €
R5.1.1 Administrações Públicas		508 046,51 €	1 151 767,54 €	D4.1.1 Administrações Públicas	0,00 € 4 668,88 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português		293 875,50 €	0,00 €	D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00 € 0,00 €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0,00 €	0,00 €	D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00 € 0,00 €
R5.1.1.3 Segurança Social		0,00 €	0,00 €	D4.1.1.3 Segurança Social	0,00 € 4 668,88 €
R5.1.1.4 Administração Regional		214 171,01 €	1 151 767,54 €	D4.1.1.4 Administração Regional	0,00 € 0,00 €
R5.1.1.5 Administração Local		0,00 €	0,00 €	D4.1.1.5 Administração Local	0,00 € 0,00 €
R5.1.2 Exterior - U E		0,00 €	0,00 €	D4.1.2 Entidades do Setor Não Lucrativo	2 202,43 € 0,00 €
R5.1.3 Outras		750,00 €	0,00 €	D4.1.3 Famílias	0,00 € 479,09 €
R5.2 Subsídios correntes		0,00 €	0,00 €	D4.1.4 Outras	0,00 € 51,93 €
R6 Venda de bens e serviços		2 511 715,55 €	2 402 636,59 €	D4.2 Subsídios Correntes	0,00 € 0,00 €
R7 Outras receitas correntes		326 764,63 €	310 798,55 €	D5 Outras despesas correntes	204 260,13 € 18 843,53 €
Receita de capital		392 124,88 €	391 925,41 €	Despesa de capital	4 407 290,27 € 4 987 167,71 €
R8 Venda de bens de investimento		102,00 €	2 370,40 €	D6 Aquisição de bens de capital	69 008,33 € 433 412,70 €
R9 Transferências e subsídios de capital		308 846,24 €	321 052,14 €	D7 Transferências e subsídios de capital	4 338 281,94 € 4 553 755,01 €
R9.1 Transferências de capital		308 846,24 €	321 052,14 €	D7.1 Transferências de capital	4 338 281,94 € 4 553 755,01 €
R9.1.1 Administrações Públicas		272 846,24 €	177 052,14 €	D7.1.1 Administrações Públicas	0,00 € 0,00 €
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português		0,00 €	0,00 €	D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00 € 0,00 €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		0,00 €	0,00 €	D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	0,00 € 0,00 €
R9.1.1.3 Segurança Social		0,00 €	0,00 €	D7.1.1.3 Segurança Social	0,00 € 0,00 €
R9.1.1.4 Administração Regional		272 846,24 €	0,00 €	D7.1.1.4 Administração Regional	0,00 € 0,00 €
R9.1.1.5 Administração Local		0,00 €	177 052,14 €	D7.1.1.5 Administração Local	0,00 € 0,00 €
R9.1.2 Exterior - U E		36 000,00 €	144 000,00 €	D7.1.2 Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 € 0,00 €
R9.1.3 Outras		0,00 €	0,00 €	D7.1.3 Famílias	0,00 € 0,00 €
R9.2 Subsídios de capital		83 176,64 €	68 502,87 €	D7.1.4 Outras	4 338 281,94 € 4 553 755,01 €
R10 Outras receitas de capital		83 176,64 €	68 502,87 €	D7.2 Subsídios de capital	0,00 € 0,00 €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos		149 898,39 €	131 829,54 €	D8 Outras despesas de capital	0,00 € 0,00 €
Receita efetiva [1]		4 256 468,59 €	4 629 836,97 €	Despesa efetiva [4]	5 485 308,31 € 6 277 398,95 €
Receita não efetiva [2]		0,00 €	0,00 €	Despesa não efetiva [5]	17 206 126,81 € 12 719 091,35 €
R12 Receita com ativos financeiros		0,00 €	0,00 €	D9 Despesa com ativos financeiros	0,00 € 0,00 €
R13 Receita com passivos financeiros		0,00 €	0,00 €	D10 Despesa com passivos financeiros	17 206 126,81 € 12 719 091,35 €
Receita total [3]=[1]+[2]		4 256 468,59 €	4 629 836,97 €	Despesa total [6] = [4] + [5]	22 691 435,12 € 18 996 490,30 €

Nota: Conforme definido pela FAQ 50 - Questões Frequentes - Setor Público – SNC-AP para consulta em https://www.cnc.min-financas.pt/faqs_publico.html

- As liquidações a considerar devem ser as liquidações a transitar, assim como as liquidações a receber em períodos futuros;
- As obrigações a considerar devem ser as obrigações a transitar, bem como as obrigações a pagar em períodos futuros.

DOCUMENTOS GENÉRICOS

Relação Nominal de Responsáveis pela Execução Financeira e Orçamental no Período de Relato

Designação da Entidade Grupo Autárquico

Período de Relato 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025

Nome	Órgão/Cargo	Período de responsabilidade	Morada
Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral	Presidente	01 de janeiro a 31 dezembro de 2025	Rua da Manguinha nº 131-H 9500-702 S. Roque Ponta Delgada
Pedro Filipe Rodrigues Furtado	Vereador em regime tempo inteiro	01 de janeiro a 31 dezembro de 2025	Praceta Domingos Rebelo, nº 8- 3º Andar Centro 9500-234 Ponta Delgada
Sérgio Alberto Fontes Rezendes	Vereador em regime tempo inteiro	01 de janeiro a 4 novembro de 2025	Alameda de Belém, 22, 1º 9500-461 Fajã de Baixo Ponta Delgada
Cristina Sousa Melo Oliveira Neto Cordeiro Canto Tavares	Vereadora em regime tempo inteiro	01 de janeiro a 31 dezembro de 2025	Rua Padre Camilo Martins, n.º 11 9545-152 Capelas Ponta Delgada
Marco Filipe Freitas Arruda Moura Resendes	Vereador em regime tempo inteiro	01 de janeiro a 4 novembro de 2025	Rua António Borges, nº 19 9500-161 S. José Ponta Delgada
André Manuel Pereira de Viveiros	Vereador	01 de janeiro a 4 novembro de 2025	Rua do Rosário, n.º 26 9545-142 Capelas Ponta Delgada
João Miguel Roque Filipe	Vereador	01 de janeiro a 4 novembro de 2025	Avenida D. João III, n.º 44 3.º Esq.º Nasc. 9500-789 S. Pedro Ponta Delgada
Daniela Almeida de Medeiros de Sousa Soares	Vereadora	01 de janeiro a 4 novembro de 2025	Rua Nicolau de Sousa Lima, nº 17, 2º Dtº 9500-786 S. José Ponta Delgada
Rui Manuel Botelho de Amaral Melo	Vereador	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025	Canada da Charamunga nº 20 9560-402 Lagoa
Sónia Cristina Franco Nicolau	Vereadora	4 de novembro a 31 de dezembro de 2025	Rua das Hortências, n.º 4, 9500-659 Relva Ponta Delgada
José Eduardo da Cunha Pacheco	Vereador	4 de novembro a 31 de dezembro de 2025	Rua de S. José, n.º 21, 9560-550, Ribeira Chã Lagoa
João Pedro de Lima Moreira	Vereador	4 de novembro a 31 de	Estrada Regional da Ribeira Grande,

Ribeira		dezembro de 2025	n.º 75, 9500-702 S. Roque Ponta Delgada
Célia Otelinda Borges Pereira	Vereadora	4 de novembro a 31 de dezembro de 2025	Rua Embaixador Faria e Maia, n.º 54 R/C Esq.º 9500-297, S. Sebastião Ponta Delgada
Mónica Isabel da Luz Franco	Vereadora	4 de novembro a 31 de dezembro de 2025	Rua dos Lameiros, n.º 36 9500-656, Relva Ponta Delgada

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 255.901.018 euros e um total de património líquido consolidado de 212.928.221 euros, incluindo um resultado líquido consolidado de 1.271.518 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo Público **MUNICÍPIO DE PONTA DELGADA** em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

Em 31 de dezembro de 2025, o balanço consolidado apresenta ativos fixos tangíveis no montante de 218.763.369 euros. Os ativos fixos tangíveis não estão integralmente registados nas demonstrações financeiras, por não estar ainda concluído o processo de inventariação, regularização e valorização contabilística, apesar dos esforços já iniciados pelos diversos serviços da entidade no sentido da recuperação, atualização e registo do património municipal. Nesta perspetiva, não nos foi possível obter prova de auditoria suficiente e apropriada que nos permitisse concluir quanto à plenitude e valorização destes ativos, nem sobre os seus efeitos potenciais no ativo, património líquido e resultados do período.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo Público;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, as demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Planeámos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo Público como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo Público e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditámos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo Público que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e demonstrações orçamentais consolidadas auditadas, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo Público, não identificamos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2026

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(nº 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

**PARECER
DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

De acordo com as disposições legais aplicáveis, vimos emitir o nosso Parecer sobre os documentos de Prestação de Contas Consolidado do Município de Ponta Delgada do período findo em 31 de dezembro de 2025, os quais compreendem o balanço consolidado, a demonstração dos resultados por natureza consolidado, a demonstração das alterações no património líquido consolidado, a demonstração dos fluxos de caixa consolidado, relativos ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas, bem como as demonstrações orçamentais consolidadas que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por naturezas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No âmbito das funções que nos são legalmente atribuídas, procedemos ao acompanhamento da atividade do Município e das entidades incluídas no perímetro de consolidação, com a periodicidade e extensão consideradas adequadas, tendo, designadamente:

1. Apreciado a regularidade dos livros, registos contabilísticos e respetiva documentação de suporte, verificando a sua conformidade com o normativo contabilístico aplicável e demais disposições legais e estatutárias;
2. Acompanhado o processo de consolidação de contas do Grupo Público Municipal, tendo verificado que:
 - 2.1. Os documentos de prestação de contas das entidades integradas no perímetro de consolidação foram apreciados e considerados conformes com as disposições legais e estatutárias aplicáveis;
 - 2.2. Os procedimentos de consolidação adotados, bem como o perímetro de consolidação definido pelo Município de Ponta Delgada, se encontram em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP); e
 - 2.3. As demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações orçamentais consolidadas apresentam, em todos os aspetos materialmente relevantes, uma imagem apropriada da posição financeira consolidada do Grupo Público Municipal, em conformidade com o SNC-AP.

Com base no trabalho efetuado, emitimos a Certificação Legal de Contas Consolidadas, nesta data, referente ao período findo a 31 de dezembro de 2025.



Atento o teor dos parágrafos mencionados na secção “Bases para a opinião com reservas”, somos de parecer que aprovelem os Documentos de Prestação de Contas Consolidadas do período findo em 31 de dezembro de 2025.

Ponta Delgada, 11 de junho de 2026

O REVISOR OFICIAL DE CONTAS

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por: Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160)